

D. Not
10/9/76

Sindicato da Construção Civil recusa principio da «paridade»

- Rodoviários de Setúbal apresentam proposta de regulamento
- U. C. R. P. (m-l) toma posição

A direcção do Sindicato da Construção Civil do Distrito de Lisboa, recusou ontem em conferência de Imprensa, a admissão do principio da «paridade» no que respeita á organica da participação dos diversos organismos na estruturação do próximo «Congresso de todos os Sindicatos».

Considerando a «paridade» como uma «utopia» que abre caminho á recuperação capitalista, á divisão dos trabalhadores e formação de sindicatos paralelos os dirigentes sindicais reafirmaram o seu apoio ás decisões tomadas na reunião geral de sindicatos efectuada no ultimo fim-de-semana no Instituto Superior Técnico, particularmente no que se refere á formação da comissão organizadora provisória do Congresso.

Recorda-se que na reunião do I. S. T., não estiveram presentes os sindicatos ligados á «Carta Aberta». Fizeram-se representar, no entanto cerca de 170 organizações sindicais, onde estão filiados um milhão e 400 mil trabalhadores.

Ainda dentro do ambito do congresso, cujo programa definitivo será elaborado por uma Comissão Organizadora Nacional, a C. O. dentro de um mês a direcção do Sindicato da Construção Civil referiu-se á importância da definição de um regulamento sindical unico, e afirmou que os interesses dos trabalhadores portugueses só poderão ser verdadeiramente defendidos pela sua central unica.

Foi também apontada a necessidade de reestruturar a Intersindical e de conseguir uma forma de entendimento de todos os trabalhadores, como meio de corrigir erros e avançar na defesa dos seus próprios interesses.

Críticas ao Governo

Para os dirigentes sindicais a politica do Governo para a Construção Civil não é a que mais serve o sector, cuja recuperação é defendida pelos sindicalistas, mas não em termos capitalistas.

Os representantes dos trabalhadores estranharam ainda a atitude do ministro da Habitação e Urbanismo em relação ao C. C. T. da Construção Civil. Segundo disseram, o Governo concedeu ás entidades patronais um prazo de 15 dias para apresentarem os seus pontos de vista sobre o assunto. A «estranheza» dos sindicalistas baseia-se «no facto de terem sido aprovados em Conselho de Ministros oito dos pontos do novo C. C. T., incluindo tabe-

las salariais e relações de trabalho.»

Para já, o sindicato remete-se a uma posição de expectativa, reservando a hipótese de tomar uma atitude de acordo com as circunstancias, no caso de virem a ser prejudicados os trabalhadores.

Depois de manifestarem a sua solidariedade para com os trabalhadores chilenos e a sua central sindical, a C. U. T., os dirigentes do sindicato criticaram «a politica de saneamentos» que tem sido seguida por Sotto-Mayor Cardia no M. E. I. C. «atingindo especialmente responsáveis do Ensino Básico e Secundários. De acordo com os porta-vozes sindicais, esta politica atinge significativamente a construção civil, uma vez que tem levado ao apontamento de responsáveis empenhados em lutar contra a analfabetização, que afecta cerca de 60 por cento dos trabalhadores no sector.»

Projecto dos rodoviários de Setúbal

Num projecto de regulamento do congresso de todos os sindicatos que irá ser apresentado á classe, para discussão o Sindicato dos Rodoviários de Setúbal propõe os dias 27, 28, 29 e 30 de Novembro para a realização do encontro.

A proposta de regulamento estabelece que o congresso é constituído por todos os sindicatos portugueses salientando ao mesmo tempo que a sua representação será proporcional ao numero de trabalhadores inscritos, cabendo pelo menos três delegados a cada sindicato.

Segundo o documento, a organização do congresso ficará a cargo de uma comissão organizadora composta por 20 membros, eleitos expressamente para o efeito em plenários de todos os sindicatos portugueses e de entre os seus dirigentes.

O projecto estabelece ainda que são participantes no encontro os delegados de todos os sindicatos e também a comissão organizadora e o Secretariado da Intersindical, que não terão, contudo, direito a voto.

O articulado da proposta insere ainda outras matérias e disposições agrupadas por capitulos e referentes ás «inscrições» aos «materiais para discussão» á «mesa do congresso» ao «funcionamento e ás publicações». Neste ultimo ponto, destaca-se que as cópias das actas

e as conclusões do congresso deverão ser tornadas publicas e divulgadas a todas as associações sindicais.

Este projecto deverá ser discutido em plenários de rodoviários a realizar nas sedes do conselho do distrito de Setúbal, segundo programa já divulgado pelo sindicato.

As informações sobre o sector e o problema da verticalização sindical serão também pontos a analisar nas referidas sessões que se realizam, respectivamente em Almada e Seixal, na Casa de Pessoal da Transul, segunda-feira, dia 13, ás 21 horas; no Montijo, na sede do Sindicato dos Corticeiros, no mesmo dia e á mesma hora; no Barreiro e na Moita, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, dia 14, terça-feira, pelas 21 horas, e no mesmo dia e á mesma hora, em Alcacer do Sal na sede do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas; em Santiago do Cacém, na Casa do Povo, e em Grandola, na varagem Ferro de Carvalho, no dia 15, quarta-feira, pelas 21 horas; e finalmente, no dia 17, sexta-feira, também pelas 21 horas, em Sesimbra, no Centro Cultural de Santana, e em Setúbal, na sede do Sindicato dos Transportes Rodoviários do distrito.

A posição da U. C. R. P. (m-l)

A defesa da «central unica e democrática» e o ataque á «unicidade na lei», são pontos destacados das posições sobre o próximo Congresso dos Sindicatos, ontem divulgados pela União Comunista para a Reconstrução do Partido Marxista-Leninista (U. C. R. P.-m. l.), durante um encontro com os jornalistas.

Para a U. C. R. P., «as medidas administrativas burguesas só devem ser reconhecidas pela classe trabalhadora, quando são a seu favor». Segundo aquela organização politica, já se verificou que a «medida administrativa da unicidade provocou a divisão no Movimento Sindical, levando á

desmobilização e á indiferença».

A U. C. R. P., que se mostra favorável á não participação do secretariado da Intersindical no «congresso de todos os sindicatos», afirma-se contrária á cisão organica do Movimento Sindical, e ao reconhecimento do congresso «fantoche» de 1975 e dos órgãos escolhidos.

Por outro lado, a «União Comunista» defende a realização de um amplo debate publico a preceder a preparação da comissão organizadora do congresso. Este debate deverá continuar nas assembleias gerais dos sindicatos, já na fase de estruturação do congresso.

No que respeita á análise do actual panorama do movimento sindical português, a U. C. R. P. considera a existência das direcções sindicais «ainda dominadas pelos social-fascistas», das direcções sindicais democrática unidas em torno da «Carta Aberta» e das que se mantêm entre os dois blocos, sem participação activa.

Perante esta situação, a U. C. R. P. pensa ser necessário constituir «uma frente sindical que se oponha consequentemente ao social-fascismo e ao fascismo, formada e unida em torno dos objectivos concretos sentidos pela classe».

Segundo a mesma organização, o congresso democrático dos sindicatos será para já o objectivo a atingir por esta frente. Considera ainda a U. C. R. P. que «a classe proletária terá que lutar para que desse congresso saia a definição de uma nova estruturação da organização sindical, unica e democrática, livre da influência social-fascista e de toda á casta de oportunistas conciliadores e capituladores.»

Sindicato da Construção Civil de Lisboa avisa

«PARIDADE NO CONGRESSO SINDICAL SERIA PORTA ABERTA AO DIVISIONISMO»

Afirmar a posição do Sindicato da Construção Civil de Lisboa face à organização do Congresso de todos os Sindicatos, informar da situação em que se encontra o Contrato Colectivo do sector, e manifestar o repúdio da classe pelos saneamentos processados pelo MEIC, foram as questões fundamentais tratadas pela direcção do Sindicato da Construção Civil do distrito de Lisboa, em conferência de Imprensa efectuada na União dos Sindicatos de Lisboa, Intersindical, a meio da manhã de ontem.

“A *paridade* defendida na organização do Congresso por certos sindicatos é uma utopia, serviria para abrir caminho ao *pluralismo*, uma porta aberta à criação de *sindicatos paralelos*, que só iriam provocar o *divisionismo*, em que nós, os trabalhadores, não estamos interessados”, afirmou o dirigente sindical José

Alberto Dinis. Acrescentou: “Seria admitir três ou quatro sindicatos dentro da mesma empresa, que facilitariam as manobras patronais, e um possível retrocesso da Revolução.”

Reafirmou o apoio do Sindicato às decisões tomadas na Reunião Geral de Sindicatos realizada no Instituto Superior Técnico, “a reunião sindical mais significativa levada a efeito no nosso país, em que estiveram presentes — salientou — cento e setenta sindicatos, abrangendo um milhão e quatrocentos mil trabalhadores. Esse número corresponde a oitenta por cento dos trabalhadores sindicalizados deste país”. Especificou: “A nossa população activa é de cerca de três milhões, incluindo pequenos e médios comerciantes, não chegando a dois milhões o número de trabalhadores sindicalizados.”

“Nós não vemos a CIP,

e a CAP discutir publicamente os seus problemas. Nós, os trabalhadores da Construção Civil, estamos abertos ao debate, mas dentro do sindicato”, afirmou ainda o dirigente Dinis, quanto à discussão pública dos problemas sindicais, defendida por certas direcções.

Em todo o País

Dicínio 10/9/76

MANIFESTAÇÕES DE SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES CHILENOS

Prossegue a jornada internacionalista de solidariedade com a Central Única de Trabalhadores do Chile (CUT), promovida pela Intersindical Nacional à qual têm aderido com entusiasmo os trabalhadores portugueses.

Correspondendo ao apelo lançado pela Inter, o Sindicato dos Trabalhadores Vidreiros da Marinha Grande está a proceder à venda de uma edição de um autocolante alusivo à luta que se trava no Chile contra a ditadura fascista de Pinochet. Destinando-se esta venda a uma recolha de fundos que

serão distribuídos pelos sindicalistas chilenos, chama o Sindicato a atenção dos trabalhadores para o cumprimento do internacionalismo proletário, comprando e vendendo o maior número possível de autocolantes, para que os democratas e antifascistas do Chile contem "não apenas com a nossa solidariedade espiritual, mas também com a nossa solidariedade material".

Também em Pias, no cinema local, se realizará, no próximo dia 11, às 21.30, um comício-canto livre, de

solidariedade com o povo chileno, por iniciativa da União da Juventude Comunista e da União de Estudantes Comunistas.

PESAR PELA MORTE DE LUIS FIGUEIROA

A morte do Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Chile e antigo ministro do Trabalho do Governo de Unidade Popular, Luís Figueiroa, continua a ser motivo de extremo pesar para quantos continuam travando o mesmo combate contra a opressão, por uma sociedade socialista.

Assim, o Secretariado da Intersindical enviou uma carta à CUT chilena, saudando, em nome de todos os trabalhadores portugueses a memória do grande combatente pela liberdade. Afirmando que "os trabalhadores do mundo inteiro choram um grande dirigente, um valoroso combatente antifascista" o Secretariado da Inter salienta: "caiu um lutador mas o combate que o camarada L. Figueiroa travou até à morte, continua até à vitória final".

Por seu turno, o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca enviou um telegrama à CUT afirmando que a imagem do "mártir da opressão fascista abatida sobre o Chile "perdurará entre nós.

PUB.

SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES DO CHILE

Dicínio 10/9/76

Faz no dia 11 de Setembro 3 anos que o Governo Legítimo e Popular de Salvador Allende foi derrubado por um golpe fascista e que os trabalhadores do Chile viram as suas aspirações de justiça e progresso social afogadas no próprio sangue.

Um dos grandes lutadores da resistência contra o sangrento regime militar fascista, o camarada Luís Figueiroa, acaba de morrer.

Os trabalhadores portugueses não podem nem sabem ficar indiferentes a estas duas efemérides. Aproveitando a visita ao nosso país de uma delegação da Central Única dos Trabalhadores do Chile — CUT — a convite da Intersindical Nacional, uma jornada de solidariedade, de esclarecimento e de luta foi programada para o próximo dia 11, no Pavilhão dos Desportos.

É preciso que os trabalhadores portugueses demonstrem, nesse dia que a opressão que caiu sobre o povo chileno diz respeito aos trabalhadores de todo o Mundo.

Vamos em massa afirmar que o combate que Luís Figueiroa travou até à morte, continua até à vitória final.

Todos ao Pavilhão dos Desportos para dizer aos homens e às mulheres do Chile que os trabalhadores de todo o Mundo estão com eles.

Todos ao Pavilhão dos Desportos para prestar homenagem ao camarada Luís Figueiroa.

Todos ao Pavilhão dos Desportos — no dia 11 de Setembro, às 21.30 — para afirmarmos, mais uma vez, a unidade dos trabalhadores portugueses face ao imperialismo e às suas organizações internacionais fascistas.

Lisboa, 9 de Setembro de 1976

O Gab. Inform. da Intersindical Nacional

Defensores da unidade pretendem cisão?

Século
10/9/76

«Isto é apenas a orquestração de uma campanha que é preciso denunciar» afirmou Victor Gonçalves, da direcção do Sindicato dos Bancários, acerca de uma notícia inserta no «Diário» de ontem, segundo a qual, «a reunião geral de bancários do Sul e Ilhas ontem efectuada com grande participação de sócios aprovou por

unanimidade, uma moção em que aconselha a respectiva direcção sindical a submeter-se às decisões da última RGS, realizada no dia 4, no IST (...)

A verdade dos factos é que a chamada «reunião geral de bancários», não passou da «reunião de um grupo de trabalhadores, bem poucos por sinal, que apoia a antiga direcção (seguidora da Intersindical), e que se costuma reunir nas instalações do Sindicato», esclareceu aquele dirigente, que acentuou: «Nós não confundimos um pequeno grupo com os trabalhadores bancários.»

Foi ainda salientado por Victor Gonçalves, o facto do referido grupo «usar do aparelho técnico do Sindicato (para comunicados, boletins, cartazes, etc.) em seu proveito, e recusar-se a integrar as estruturas democráticas do mesmo, nomeadamente a dos delegados e a comissão de representação de tendências. Embora se digam defensores da unidade o que esses indivíduos pretendem é a criação de estruturas paralelas dentro do Sindicato.»

Com efeito tal «crítica» feita à direcção, bem como a «acusação de desenvolverem actividades paralelas em conjunto com uma minoria de sindicatos à margem da estrutura sindical, e se alhearem da participação na referida reunião», aparecida num jornal como o «Diário» é bem sintomática de quem a ele recorre.

Entretanto, realizou-se na sede

do Sindicato dos Bancários uma reunião de comissões sindicais de delegados na qual foi aprovada uma moção referente ao grupo minoritário. É o seguinte o seu teor:

«Considerando que a reunião de associados que vem aglutinando semanalmente um escasso número de bancários tomou o caráter de estrutura paralela (significando exclusivamente uma tendência) efectivamente divisionista dos trabalhadores; considerando que os dinheiros do aparelho técnico do sindicato que pertencem na realidade aos trabalhadores, seus associados, não podem continuar a ser utilizados em cartazes e comunicações emanados daquele grupo divisionista e pernicioso para a unidade dos trabalhadores, grupo que pode e deve intervir nas estruturas dos delegados unitárias e democráticas, ou exprimir-se através da comissão de representação de tendências, uma e outra estatutariamente organizadas no nosso sindicato; a direcção deliberou não autorizar, a partir deste momento, qualquer despesa ou utilização do aparelho técnico com a publicação de cartazes, circulares, comunicados, boletins ou outros documentos emanados daquele grupo intitulado reunião de associados. Esta deliberação é tomada, sem prejuízo do exercício do direito de reunião por parte de qualquer associado ou grupo, nas instalações do sindicato, significando somente o termo de um abuso.»

Ninguém se pode opôr ao congresso dos sindicatos para a unidade

Lute
10/9/76

Sublinha o Sindicato dos Escritórios e Comércio de Aveiro

«Ninguém (nem fascistas nem o Secretariado da Intersindical) se pode opôr ao Congresso de todos os sindicatos para a unidade» — declara firmemente a direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do distrito de Aveiro num comunicado onde justifica a sua ausência na reunião de Sindicatos do passado dia 4.

O referido comunicado desenvolve as razões que estiveram na base da atitude daquele sindicato e que são:
«Não alinha nas fantochadas do Secretariado divisionista, da dependente Intersindical, que mais uma vez procura amordaçar a unidade porque lutam todos os trabalhadores.

«Repudia a composição da «Comissão Nacional Organizadora do II Congresso da Inter», eleita «democraticamente» pela já conhecida e bem afinada orquestra, que não passa de uma minoria de sindicatos deste País.

«Continuará a lutar para que a unidade dos trabalhadores seja um facto concreto, uma realidade palpável e não uma fa-la como pretende o Secretariado da Inter, dando assim cumprimento a um dos pontos do programa desta direcção que venceu por grande maioria as eleições realizadas em Março de 1976».

E a finalizar afirma o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Aveiro: «Recusamos a cisão sindical. Combate-mos todos aqueles que pretendem institucionalizar a divisão. Ninguém (nem fascistas nem o Secretariado da Intersindical) se pode opôr ao Congresso de todos os sindicatos para a unidade».

METALÚRGICOS ^{Zicimo 10/9/76} CONTRA RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Centenas de delegados sindicais do sector metalúrgico do distrito de Lisboa, aprovaram, ontem, em plenário, uma moção respeitante ao actual momento político-económico do País.

A moção considera que "os trabalhadores só unidos e organizados poderão lutar pela defesa de uma política salarial e da contratação colectiva; na luta contra os despedimentos e o desemprego; contra a recuperação capitalista; pela defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária e pela concretização na prática da Constituição". Para isso, acrescenta o documento, a realização do congresso de todos os sindicatos portugueses para o reforço da unidade dos trabalhadores e para a reestruturação da Central Sindical Única — Intersindical Nacional, será o garante na defesa das conquistas alcançadas e para a consolidação da democracia e da transição para o Socialismo.

"Conforme decisão da Reunião Geral dos Sindicatos, no passado dia 4 — lê-se na moção — a Comissão Nacional Organizadora Provisória eleita por 170 sindicatos deverá começar a elaborar os trabalhos preparatórios do congresso e a dinamizá-lo junto dos trabalhadores".

Responsabilizam-se ainda "todos quantos, não aceitando a Democracia, põem em perigo a Unidade dos trabalhadores, que é o resultado das duras lutas do povo forjadas durante o fascismo". Finalmente, a moção apela à participação de todos os trabalhadores nos plenários, assembleias, discussões e outras formas do congresso de todos os sindicatos portugueses pelo reforço da unidade e pela reestruturação da Central Sindical Única — Intersindical Nacional". Foi ainda aprovada uma moção de solidariedade à "heróica luta do povo chileno".

No documento apela-se à "comparência em massa no comício de solidariedade à CUT chilena que a Intersindical promove no próximo sábado, por altura do terceiro aniversário do golpe imperialista/fascista que mergulhou o Chile na dor, no luto e no sangue do seu próprio povo".

LCI e PRT falam do Chile

DIVISÃO SINDICAL ABRIU CAMINHO À DITADURA FASCISTA

«Quando o espectro da cisão sindical parece surgir em Portugal, é bom que nos lembremos do que sucedeu no Chile antes do golpe de Setembro de 73 com a divisão e hesitação no plano sindical, que também contribuiu para não se conseguir barrar o caminho à ditadura e avançar para o socialismo», disse ontem, durante uma conferência de Imprensa, Francisco Louçã, membro da LCI, organização que conjuntamente com o PRT se propõe levar a cabo diversas iniciativas de solidariedade com os trabalhadores chilenos.

No referido encontro com os órgãos de comunicação social, em que estiveram igualmente presentes João Carlos, da ASJ e Pedro Pinheiro, do PRT, foi afirmado que o programa para

a semana de solidariedade «não pretende ser paralelo ao que foi estabelecido pela Intersindical». Contudo, a LCI e o PRT pretendem levar a cabo uma campanha de pressão sobre o governo, em que exigem designadamente «o corte de todas as relações diplomáticas, políticas e económicas com as ditaduras da América Latina».

Por outro lado, um representante do PRT salientou a necessidade da existência de um estatuto de exilado político, «dado que a actual legislação permite a perseguição e expulsão dos refugiados políticos».

Foi, finalmente, anunciada a realização de um colóquio no próximo sábado, pelas 15 horas, na Faculdade de Letras, onde será debatida a experiência chilena.

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA

SECÇÃO REGIONAL DO SUL:
Calçada da Estrela, 135-1.º Dt.º — Telef. 66 62 34 Lisboa

MOÇÃO

Os Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (Zona Sul) presentes na Reunião de Delegados Sindicais no dia 7/9/76 repudiam afirmações das Direcções Sindicais signatárias da «Carta Aberta» considerando-as como puramente divisionistas e antidemocráticas assim como a sua actuação no respeitante à unidade dos trabalhadores. É preciso unir e organizar e só através de uma central única será possível unir todos os trabalhadores para a defesa intransigente da classe trabalhadora contra o patronato reaccionário.

Somos pelo Congresso de todos os Sindicatos filiados e não filiados na Intersindical, com vista à defesa da Constituição e de uma sociedade rumo ao Socialismo. Contra a divisão da Classe Trabalhadora, pelo avanço das conquistas dos trabalhadores e contra a recuperação capitalista.

Proponentes: Delegados Sindicais da IOLA

Nota: Esta Moção foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Reunião de Delegados Têxteis

«DEFENDER UNIDADE A TODO O CUSTO»

«Um dos princípios fundamentais que deve ser defendido a todo o custo é a unidade sindical expressa na lei», afirma-se na moção aprovada na reunião plenária de delegados do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, a propósito da realização do próximo congresso sindical. A mesma moção exige, ainda, que o referido congresso se realize o mais rapidamente possível com a participação de todos os sindicatos «excepto dos sindicatos paralelos». Naquele documento é exigido que a direcção daquele sindicato «lute pela unidade do movimento sindical até ao limite das suas forças, sendo, por outro lado, repudiada a forma de paridade que reconhece duas tendências.

Segundo informa a agência ANOP, em relação ao contrato colectivo de trabalho para o sector têxtil, este será debatido durante uma reunião a realizar no Porto, no próximo

dia 15 de Setembro, para a qual já foram convocados representantes da entidade patronal. Os delegados sindicais debateram também questões relacionadas com o convívio dos trabalhadores têxteis, a efectuar em Águeda no dia 19 do mês corrente, e com o Encontro Nacional de Jovens promovido pela Intersindical.

Na sequência de uma moção de apoio à luta do povo chileno contra o governo fascista de Pinochet, os presentes naquela reunião guardaram um minuto de silêncio em memória dos antifascistas mortos e, em particular, em memória de Luís Figueiroa, presidente da Central Única de Trabalhadores chilenos, recentemente falecido no exílio. Foi decidida a adesão à iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo ao promoverem a realização de uma «Maratona do Espectáculo» que se destina a angariar fundos para os artistas reformados.

10 SET. 1976

A reunião de 4 de Setembro, organizada pela Intersindical, marcou publicamente o final dos esforços de unificação do movimento operário.

Sindicalismo em liberdade

ALGUM tempo antes, quando afirmávamos após uma análise serena da realidade que neste momento não interessava a nenhum dos Partidos com grande implantação operária a unidade sindical, ainda alguns comentadores especializados admitiam a hipótese de que a rotura fosse evitada por um adiamento constante de decisões.

Hoje, já não deverão pensar assim e, significativamente, "A Luta" titulava, no dia da realização do Encontro do Técnico: "Alguns sindicatos tratam da organização de um congresso".

Tudo indica, portanto, que as duas linhas dominantes (PS e PCP) acelerem a rotura, acusando-se mutuamente das responsabilidades do facto. Importa, por isso, fazer uma rápida antevisão do que virá a ser o próximo panorama sindical, a não ser que novos dados agora imprevisíveis venham alterar radicalmente a situação actual.

A linha sindical socialista

A linha socialista é dominante nos sindicatos de serviços (os mais fortes financeiramente e alguns dos com mais filiados) e em certos sindicatos operários do Norte e Centro. Sem grandes tradições de implantação, está em crescimento constante através da preparação de quadros e da organização partidária em função da vida profissional.

Esta linha é reforçada politicamente por núcleos sindicais afectos ao MRPP, PCP (m-l) e PPD, que aliás controlam alguns sindicatos, dos quais o

mais importante é o dos Bancários do Norte.

Embora minoritária a nível de direcções sindicais (e talvez mais ainda em delegados sindicais de empresa), esta linha sintoniza potencialmente com a maioria do operariado português, sobretudo fora da zona de Lisboa. Mas a menor combatividade, a falta do radicalismo que as responsabilidades governamentais não permitem e a carência de uma organização centralizada e de hábitos de disciplina partidária férrea, tudo isso são obstáculos de peso a que os sindicalistas afectos ao PS possam tornar-se hegemónicos num quadro unitário.

A cisão oficial das organizações do operariado vai permitir ao PS usufruir das vantagens, que o PC recolhe, do controlo de uma confederação sindical, em especial no que se refere à participação nas discussões a nível macro-social e aos apoios internacionais.

A cisão permitir-lhe-á manter a liderança do bloco hostil à Intersindical e em especial ensaiar a este nível acordos com militantes operários do PPD que permitam aumentar o consenso para governar e até antecipar posteriores acontecimentos.

Irá também, o que é ainda mais importante, viabilizar a criação de sindicatos socialistas operários na zona de Lisboa e esgrimir fora dela com a hostilidade das populações ao Partido Comunista para retirar dos sindicatos da Inter o maior número de sindicalizados, enfraquecendo o poder social daquele partido.

A futura confederação socialista, provavelmente com o nome, de tradições no nosso país, de Confederação Geral do Trabalho (CGT), poderá vir a tornar-se mais forte numericamente que a comunista, assegurando o PS dessa forma um interlocutor social que, valha a verdade, não estaria naturalmente ao seu alcance num quadro de movimento sindical unitário.

A linha sindical comunista

O PCP conseguiu pela antecipação, pela organização e pelo militantismo dominal a maioria dos sindicatos portugueses. Esse domínio não se perderá completamente pela cisão previsível, dada a natural inércia e a própria dinâmica de contestação sectorial muito viva que — ruínosa ou não para a economia nacional — agrada aos trabalhadores.

E o reforço da coesão aumentará a dependência sindical em relação ao Partido, dentro da velha teoria do sindicato como "correia de transmissão". Assim se conseguirá uma maior rapidez no seguimento das estratégias de luta decididas politicamente, na certeza de que em confrontações importantes os sindicalistas afectos a outras centrais acabam por ser arrastados na prática da luta reivindicativa pela combatividade dos comunistas.

A teoria dos comunistas como vanguarda da classe operária será a construção que se reforçará com tal situação.

Sindicatos da «carta aberta» reúnem-se novamente em Coimbra

Segunda e terça-feira, os sindicatos afectos à comissão de redacção da «carta aberta» reúnem-se novamente em Coimbra para definirem as linhas de actuação face às deliberações tomadas na reunião de sindicatos, realizada no Instituto Superior Técnico.

Os sindicatos componentes daquela comissão, ainda acreditam na possibilidade de se realizar um congresso de todos os sindicatos para a unidade, num futuro próximo.

Recordamos que no encontro do IST foi recusado o princípio de paridade, considerado como primordial pelos subscritores da «carta aberta», quanto à formação da comissão organizadora.

Sindicalismo em liberdade

continuação da página 13

A cisão dará ensejo aos comunistas para formarem sindicatos de serviços (aliás é de prever que sejam bastante fortes), com tudo o que daí decorre de aumento da capacidade financeira da confederação e de melhoria do grau de enquadramento geral, dada a maior preparação política dos sindicalistas do sector terciário.

Seculo 10/9/76

Frente-a-frente sindical: Inter/Carta Aberta

Plenários dos trabalhadores decidirão o impasse no movimento sindical

Publicamos hoje um frente-a-frente com representantes das duas correntes mais em evidência no movimento sindical: o grupo da Carta Aberta e a linha afecta ao Secretariado da Inter-sindical. Pelo grupo da Carta Aberta, intervém José Luis Gaspar, dirigente do Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa, e pela linha afecta ao Secretariado da Inter, Manuel Candeias, da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

Não participaram no debate representantes de outras linhas sindicais com implantação no seio dos trabalhadores, pois isso dificultaria, por razões de espaço, a possibilidade de, nesta altura, apresentarmos esta mesa redonda.

A ausência destas correntes sindicais foi um dos motivos que nos levaram a não abordar, neste momento, problemas essenciais, como a discussão dos projectos de regulamento do Congresso (até agora foram divulgados três: um da Inter, outro do Sindicato dos Rodoviários de Setúbal e outro do Sindicato dos Textéis de Lisboa), pois não estariam presentes os seus autores, para os defenderem.

De qualquer maneira, os leitores ficarão com uma ideia mais ou menos clara das posições defendidas pelos dois principais grupos do movimento sindical português.

P. A.

Reunião Geral de Sindicatos ratifica debates públicos

MANUEL CANDEIAS — O Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa aceitou esta troca de palavras para dar início a uma deliberação da reunião geral de Sindicatos, do dia 4. Foi ali deliberado que aceitásemos, de imediato, debates públicos, nos órgãos de comunicação social, sobre problemas relacionados com o Congresso. Isto, desde que sejam preenchidas as seguintes condições: definição prévia dos termos de transição ou transmissão e garantia, pelos órgãos de comunicação social, do respeito integral das afirmações. Rejeitamos, entretanto, os debates que se processam na base de blocos sindicais mas aceitamos os que se integrem na preparação do Congresso, de forma unitária, com respeito pela estrutura sindical.

JOSE LUIS GASPAR — Como disse o camarada dos Metalúrgicos, uma das conclusões da reunião, realizada no último dia 4, refere-se ao início de uma série de debates públicos nos diferentes órgãos de comunicação social.

Não podemos, no entanto, deixar de realçar, que esses debates públicos se iniciam numa altura em que já está constituída uma comissão organizadora, à qual nós não nos sentimos de forma alguma vinculados, pois ela não representa a realidade da situação do país. Continuaremos dispostos a participar em diálogos, em todos os órgãos de comunicação social, para que sejam os trabalhadores, completamente esclarecidos, a darem-nos a linha correcta. Propomo-nos, também, fazer um conjunto de debates a nível de empresa, a nível de assembleias gerais dos sindicatos, pois essa é a única forma de os trabalhadores, completamente esclarecidos, poderem decidir o que mais lhes interessa.

EXP. — O Manuel Candeias acha que a decisão da última RGS, de participar em debates públicos, pode ser considerada uma concessão da linha da Inter ao grupo da Carta Aberta, como forma de se ultrapassar o actual impasse?

M. C. — Entendíamos que, antes de ir para os órgãos de comunicação social alguns deles lidados por poucos trabalhadores, ou sem qualquer expressão nas massas trabalhadoras deveríamos, sim, remeter para a RGS uma decisão sobre o assunto. Isto porque verificamos que há uma tentativa nítida, por parte de alguns órgãos de informação, de dividir os trabalhadores. Havia especulações e deturpações relativamente a alguns problemas que só nós, os trabalhadores, estamos à altura de os resolver. Entendemos, portanto, que aquela decisão não foi uma concessão, mas está dentro do nosso espírito. De resto, ainda a semana passada, a Direcção dos Metalúrgicos participou num debate, no Século.

Lamentamos profundamente é que alguns órgãos de informação

esqueçam determinadas afirmações e tirem a continuidade ou até o sentido, do nosso pensamento. Assim, estaremos sempre nos debates, de cabeça erguida, mas pensamos que isso não é o fundamental. A forma de se ouvirem os trabalhadores é nos locais de trabalho, onde surgem os problemas. Devemos ir junto deles, ouvi-los, porque ao nível de jornais não podemos ouvir os trabalhadores.

No que diz respeito à constituição paritária da CO, focada pelo camarada Zé Luis, a RGS do dia 4 onde estiveram presentes 167 sindicatos, recusou por unanimidade essa constituição paritária. Não podemos admitir um tipo de paridade em termos de representatividade. Entendemos que cada um se pode expressar livremente. Em

termos de representatividade, não se trata de uma concessão. Será, talvez, um reconhecimento de que é necessário, de facto, dar a todos os trabalhadores o acesso aos problemas que os afectam. E, por isso, contendo a afirmação dos sindicatos ligados à Intersindical, de que a discussão só se deve processar dentro das estruturas organizativas dos trabalhadores. A imprensa é lida por toda a gente, por milhões de trabalhadores. Ora os trabalhadores têm o direito de

J. L. — Eu diria também que não se trata de uma concessão. Será, talvez, um reconhecimento de que é necessário, de facto, dar a todos os trabalhadores o acesso aos problemas que os afectam. E, por isso, contendo a afirmação dos sindicatos ligados à Intersindical, de que a discussão só se deve processar dentro das estruturas organizativas dos trabalhadores. A imprensa é lida por toda a gente, por milhões de trabalhadores. Ora os trabalhadores têm o direito de

conhecer as divergências existentes no seu seio.

Realizou-se uma RGS no dia 4 de Setembro. Nesta RGS, os sindicatos presentes, tanto quanto sabemos por unanimidade, elegeram uma Comissão Organizadora para o Congresso, embora lhe chamem provisória. Esta CO tem tarefas práticas a resolver, tais como a elaboração do regulamento. A CO foi eleita sem que a questão fundamental estivesse decidida. Essa questão fundamental refere-se à constituição paritária ou não da CO. E encerra outra questão de fundo que é a de reforçar a unidade, que alguns dizem existir, ou construir essa unidade. Nós pretendemos construí-la, baseados na realidade de todos os trabalhadores, a discussão de todas as fórmulas possíveis, e só

de notar e realçar que não houve, até hoje, nenhuma assembleia geral de Sindicatos para discutir esta questão. Portanto, através da opinião exclusiva das direcções sindicais (que apenas representam a sua própria opinião) elegeram-se uma CO, ultrapassando-se a discussão de um ponto fundamental, para tratar um assunto igualmente fundamental, que é o regulamento do Congresso. Não esqueçamos que o regulamento do Congresso é aquele documento que irá regular a preparação e realização do Congresso.

Foi isto que dissemos que não podia acontecer. Foi por isso que propusemos, primeiro, o debate público, o amplo esclarecimento de todos os trabalhadores, a discussão de todas as fórmulas possíveis, e só

C.O. provisória pretende apressar o Congresso

M. C. — Numa RGS anterior, em que participaram, inclusivamente na mesa, direcções dos sindicatos que contestam o Secretariado da Inter, foram aprovadas diversas deliberações. Houve um grupo de sindicatos que se desvinculou dessas deliberações, não estando presente na última RGS. Se há divergências no movimento sindical, essas divergências devem ser superadas em plenários e reuniões. Se não o conseguirmos dessa forma, também não o conseguiremos em debates nos órgãos de informação. Nos metalúrgicos fizemos alguns plenários em que os problemas do congresso estavam, de facto, na ordem dos trabalhos.

J.L.G. — O camarada metalúrgico fala numa mesa vinculada à decisão da RGS de 29/7, realização esta que passaria pela realização do plenário de dia 4. Tenhamos em atenção que a vinculação das direcções sindicais, que integram a comissão de redacção da Carta Aberta, é do sentido de uma nova RGS, essa sim, deliberativa. Esta RGS, que era entendida como absolutamente necessária, não estava marcada nem tinha prazo e não a rejeitamos. Quando atingimos a situação de impasse em 16 de Agosto, propusemos a informação a todos os trabalhadores, debate com todos os trabalhadores, contacto, um a um, com todos os sindicatos, culminando, então, com uma RGS.

O secretariado da Intersindical, rejeitando a informação pública, e o debate individual com os Sindicatos, aceitava apenas as reuniões distritais e a RGS, à qual não fomos sem quebrarmos, com isso, no nosso entender a vinculação de que estamos possuídos desde o 29/7. Se os trabalhadores não tinham discutido o assunto, não sabiam o que se passava (a maioria das direcções sindicais não sabe o que se passa com o Congresso), não achamos possível fazer uma RGS deliberativa, sobre assuntos fundamentais.

A CO provisória vai criar, à partida, uma situação extremamente grave. A verdade é que alguns sindicatos, não importa se



Manuel Candeias: S. dos Metalúrgicos de Lisboa

são a maioria ou a minoria (são muitos), não vão aderir às propostas emitidas por esta CO.



De notar e realçar que não houve, até hoje, nenhuma assembleia geral de Sindicatos para discutir esta questão.

depois das reuniões de sindicatos que deliberassem assuntos de uma tal importância. No que respeita à paridade, não aceitamos os conceitos aritméticos. Alguns sindicatos dizem-nos que, aritmeticamente, no plenário do passado dia 4 estiveram 167 sindicatos, que representam 1 400 000 trabalhadores. Que do outro lado só se reuniram 39 sindicatos, que representam 400 000 trabalhadores. Se quisermos usar argumentos aritméticos, poderíamos dizer que 1 400 000 trabalhadores são apenas metade dos trabalhadores deste país, segundo estatísticas de 1974, e que 167 sindicatos são menos de metade dos 342 existentes (utilizando o número da Inter). Se a aritmética fosse a nossa preocupação, veríamos que o conceito de maioria não é assim tão evidente.

regulamento, estatutos e programa de acção. Vamos pensar que a CO demoraria três semanas a elaborar os projectos. Não vemos qualquer hipótese de que eles possam ser amplamente discutidos a nível de empresas de Sindicatos, antes de dois meses. Sabemos também que após esses dois meses de discussão, muitos trabalhadores, muitos grupos, algumas assembleias gerais quererao apresentar propostas de alteração a qualquer dos documentos. Poderíamos dar uma semana para receber essas propostas de alteração, daríamos mais uma semana para que a CO pudesse reeditar os Projectos com as alterações de base e daríamos mais um mês para que tudo isto fosse novamente discutido e para que todos aqueles grupos de trabalhadores e sindicatos declarem que irão emitir a sua própria proposta de alteração. Se tudo isto se passasse tão rápida e simplesmente, teríamos já aqui quatro meses e meio de preparação do Congresso. Entendemos portanto, aliás os encontros de Coimbra reafirmaram-nos, que menos de 4 meses para preparação do Congresso, não é tempo suficiente para que os trabalhadores possam nele participar.

Assim, como dissemos em Abril de 1976 "é necessário e urgente (isto é o que diz a Carta Aberta) a realização de um Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade", dizemos hoje: é necessário e urgente que ele se faça. Mas essa urgência não significa uma pressa desmedida de o fazer num mês ou dois. Significa ser necessário que todos os trabalhadores, passo-a-passo, acompanhem o seu processo. E permitia-me usar aqui apenas um pouco de aritmética, para afirmar o seguinte. Partindo do princípio de que uma CO estava construída e aceite por todos os trabalhadores, a essa CO competiria elaborar três documentos fundamentais:

regulamento, estatutos e programa de acção. Vamos pensar que a CO demoraria três semanas a elaborar os projectos. Não vemos qualquer hipótese de que eles possam ser amplamente discutidos a nível de empresas de Sindicatos, antes de dois meses. Sabemos também que após esses dois meses de discussão, muitos trabalhadores, muitos grupos, algumas assembleias gerais quererao apresentar propostas de alteração a qualquer dos documentos. Poderíamos dar uma semana para receber essas propostas de alteração, daríamos mais uma semana para que a CO pudesse reeditar os Projectos com as alterações de base e daríamos mais um mês para que tudo isto fosse novamente discutido e para que todos aqueles grupos de trabalhadores e sindicatos declarem que irão emitir a sua própria proposta de alteração. Se tudo isto se passasse tão rápida e simplesmente, teríamos já aqui quatro meses e meio de preparação do Congresso. Entendemos portanto, aliás os encontros de Coimbra reafirmaram-nos, que menos de 4 meses para preparação do Congresso, não é tempo suficiente para que os trabalhadores possam nele participar.

Assim, como dissemos em Abril de 1976 "é necessário e urgente (isto é o que diz a Carta Aberta) a realização de um Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade", dizemos hoje: é necessário e urgente que ele se faça. Mas essa urgência não significa uma pressa desmedida de o fazer num mês ou dois. Significa ser necessário que todos os trabalhadores, passo-a-passo, acompanhem o seu processo. E permitia-me usar aqui apenas um pouco de aritmética, para afirmar o seguinte. Partindo do princípio de que uma CO estava construída e aceite por todos os trabalhadores, a essa CO competiria elaborar três documentos fundamentais:

regulamento, estatutos e programa de acção. Vamos pensar que a CO demoraria três semanas a elaborar os projectos. Não vemos qualquer hipótese de que eles possam ser amplamente discutidos a nível de empresas de Sindicatos, antes de dois meses. Sabemos também que após esses dois meses de discussão, muitos trabalhadores, muitos grupos, algumas assembleias gerais quererao apresentar propostas de alteração a qualquer dos documentos. Poderíamos dar uma semana para receber essas propostas de alteração, daríamos mais uma semana para que a CO pudesse reeditar os Projectos com as alterações de base e daríamos mais um mês para que tudo isto fosse novamente discutido e para que todos aqueles grupos de trabalhadores e sindicatos declarem que irão emitir a sua própria proposta de alteração. Se tudo isto se passasse tão rápida e simplesmente, teríamos já aqui quatro meses e meio de preparação do Congresso. Entendemos portanto, aliás os encontros de Coimbra reafirmaram-nos, que menos de 4 meses para preparação do Congresso, não é tempo suficiente para que os trabalhadores possam nele participar.

O papel da Inter como Central Única

M. C. — No que diz respeito às direcções sindicais que faltaram a esta RGS (algumas das quais estiveram presentes na mesa da RGS anterior), a sua atitude de não participarem em algumas reuniões, não ligamos demasiada importância. Achamos que as direcções sindicais podem tomar as posições que entenderem. Para nós, o importante, é que os trabalhadores saibam classificar as atitudes dessas direcções. Não podemos dizer que um determinado sindicato não põe em prática as decisões das assembleias gerais. Que não é democrático por isto ou aquilo. São os trabalhadores, nas suas assembleias gerais, que têm de dizer se foram ou não consultados para que as direcções estejam na Carta Aberta, para que promovam um certo tipo de reuniões. Serão ainda os trabalhadores que se pronunciarão sobre as RGS.

Na última RGS ouvimos alguns sindicatos que participaram nos encontros de Coimbra dizerem que não eram da Carta Aberta. Estiveram lá apenas para discutir problemas dos trabalhadores. Mas também iam ali. E o que é certo, é que essas direcções aprovaram, na RGS, mocções e propostas por unanimidade. A ideia de se avançar com a CO

provisória, foi um consenso de todos os sindicatos presentes na RGS. Porque? Para se evitarem atrasos. Foi decidido que a constituição da CO provisória deveria obedecer aos seguintes princípios: representar, diversificadamente, as várias zonas geográficas do continente, representar os principais sectores de actividade; e representar sindicatos, filiados ou não na Inter, ligados a diversas formas de pensamento com real expressão no movimento sindical. A CO definitiva deverá ser eleita em RGS, a convocar para a aprovação do regulamento do Congresso. Entendemos que isto será essencial, para se dinamizar todo o processo.

Uma coisa é certa. Não admitimos que se conteste o papel da Inter, como central sindical. Não aceitamos que se pretenda criar uma central sindical, porque ela já existe. Fundada no tempo do fascismo, não podemos negar o papel de uma central sindical que mobiliza 157 sindicatos.

J. L. G. — Não se pode contestar o papel da Inter? Para nós, essa é uma ideia polémica. A forma como, em Julho de 1975, o Secretariado da Intersindical foi eleito, é a forma mais ac-

bada de como as coisas não devem acontecer. O sectarismo, o monolitismo, o dirigismo imprimido pelo Secretariado da Inter na condução da estrutura sindical, igualmente demonstra aquilo que não devia acontecer no movimento sindical português.

Assim, nós não contestamos a estrutura como estrutura (entendendo que é a necessidade de uma central sindical única), contestamos, isso sim, que os factos acontecidos nos últimos dois anos possam vir a repetir-se.

M. C. — Quando se evocam os erros da Intersindical, pensamos que, depois do 25 de Abril, não houve ninguém, neste país, que não tivesse cometido erros.

Admitimos que esse congresso ("de todos os sindicatos portugueses, pela unidade de todos os trabalhadores") é para a reestruturação da Intersindical, de modo a consolidar e ratificar determinado tipo de posições, que tenham em conta os estatutos e o programa da Inter. Isto deverá ser uma maneira de superar estes erros.

Não podemos, no entanto, admitir que direcções sindicais que não participem nas reuniões, possam contribuir para a correcção dos tais erros.

C.A. reconhece a Inter?

EXP. — O Sindicato dos Empregados de Escritório apoiou e fez aprovar, no Encontro de Coimbra, uma proposta no sentido do grupo da Carta Aberta aceitar a participação do Secretariado da Inter na CO do Congresso. Isto leva a crer que esse sindicato reconhece o Secretariado da Inter, de facto, como a cúpula da estrutura sindical. Reconhecem-no ou não?

J.L.G. — Ao dizermos que aceitamos e estamos dispostos a aceitar, numa comissão organizadora, o Secretariado da Inter, reconhecemos que milhares de trabalhadores acreditam neste órgão. Sabemos que existem outros milhares que não o acreditam e o rejeitam. Para nós, a unidade constrói-se com todos. Se a exclusão do Secretariado da Inter se transforma num obstáculo à unidade, nós ultrapassamo-lo. Aceitamos o Secretariado da Inter na CO.

EXP. — Mas aceitamos ou não a Inter como a central sindical única portuguesa? J.L.G. — Aceitamo-la como a central sindical-única "de jure". Participamos nela para lhe dizer que, embora seja a central sindical "de jure", não é "de facto". E para lhe dizer que deve enviar todos os esforços para se transformar, para criar a central sindical única "de jure" e "de facto". M.C. — Que eu saiba, nunca foi impedida a possibilidade de, na Inter, intervir qualquer sindicato. Mas, entretanto, alguns desses sindicatos, que gozavam direitos iguais aos outros, deixavam de pagar cotas à Inter, o que dificultava a sua sobrevivência. Algumas dessas direcções sindicais afastaram-se da Inter, sem nenhuma deliberação de assembleias gerais. Houve mesmo assembleias gerais "autodirigidas", confinadas a "purgas" e cotizações à Inter, tendo as direcções ignorado essas decisões. Para nós, isso é anti-democrático. No entanto, tudo isso se pode esquecer, pois há outros problemas mais importantes.

Não acreditamos na divisão dos trabalhadores em blocos. Nas fábricas, nas empresas, os trabalhadores, unidos, sabem repudiar as medidas anti-populares que os prejudicam. Ali, eles mostram que estão unidos. Houve quem os tentasse dividir, mas não resultou.

EXP. — Mas quanto a posições concretas sobre os problemas do movimento sindical, nomeadamente no que se refere ao próximo Congresso, parece, de facto, haver uma divisão nítida, que opõe dois blocos distintos de trabalhadores. M.C. — Não. Continuamos a combater essas posições. Quando toca aos problemas que dizem

respeito a todos os trabalhadores, eu nunca vi essa divisão. Há, de facto, trabalhadores de várias ideologias, com maneiras de pensar diferentes. Mas isso não significa que estejam divididos em dois blocos distintos. Não há ciso no movimento sindical.

EXP. — Uma vez que a eleição da CO do Congresso, embora provisória, parece ser um facto consumado por parte da última RGS e dos sindicatos que nela participaram (RGS boicotada pelo grupo da Carta Aberta), qual vai ser, agora, a posição a assumir pelo grupo da CA?

J.L.G. — Primeiro, quero esclarecer que o grupo da CA não boicotou a última RGS. Limitou-se a informar que não participaria nela, pelas razões que já foram publicamente divulgadas. Não se fez qualquer apelo, no sentido da não participação.

A discussão entre os trabalhadores era a nossa proposta, justamente na altura em que se criou o impasse. Os trabalhadores devem decidir o que vamos fazer.

Criou-se uma CO do Congresso com tarefas específicas, e só depois a Inter quer ir discutir para o seio dos trabalhadores. Mas que garantias dá aos trabalhadores essa CO?

Diz o camarada dos metalúrgicos que ela encerra princípios que sempre defendemos. Só que falta um quarto. É o conceito de que, como garantia fundamental para que os trabalhadores acreditem na Comissão Nacional Organizadora do Congresso, seja provisória ou definitiva, é necessário que sintam, desde o início, que ninguém pretende a hegemonia no movimento sindical, nem nas decisões da CO. Foi definido que as decisões da CO teriam de ser apoiadas por três quartos dos presentes. A CO eleita na RGS do dia 4 garante, precisamente, esses três quartos à linha afecta ao Secretariado da Inter.

O camarada rejeita que os trabalhadores estejam divididos. Pois está a ignorar uma realidade evidente.



José Luis Gaspar: S. dos Escritórios de Lisboa

Posição perante a C.O. provisória

EXP. — Poderia explicitar qual vai ser a vossa atitude perante o facto da existência de uma CO já eleita, sem se atender às vossas reivindicações? Vão colaborar com a CO ou podem entender que se vai formalizar a cisão no movimento sindical? J.L.G. — Eu diria que nem uma coisa, nem outra. Se, por um lado, não nos sentimos vinculados à CO provisória, por outro lado, já o declaramos, não estamos dispostos a fazer a cisão sindical. Como já o dissemos, responsabilizamos o Secretariado da Inter e o conjunto de sindicatos que estiveram presentes na última RGS, por terem dado mais uma machadada na divisão existente entre os trabalhadores. Nós continuaremos, através do debate público, da informação constante e permanente aos trabalhadores, o combate pela realização do Congresso de todos os sindicatos para a unidade.

Se a CO provisória trabalhar no sentido da realização do Congresso e o fazer, para nós isso não passará do segundo congresso da Inter, não será o Congresso de todos os sindicatos para a unidade. M.C. — Ainda pegando nas palavras atzardadas, sobre um possível boicote de RGS, também consideramos que não houve boicote e não houve, porque não havia peso para fazer esse boicote. De qualquer maneira, quanto ao debate entre os trabalhadores para a tomada de decisões, que nós sabemos, as direcções da Carta Aberta também não convocaram

assembleias gerais para decidirem a constituição da Comissão de Redacção da CA.

Sobre a constituição da CO provisória, insisto que a consideramos essencial, para evitar que as forças que tentem impedir a realização do Congresso, o consigam.

Estamos convencidos, repito, que não há divisão no movimento sindical. A unidade é possível. EXP. — Pelas declarações de ambos, podemos concluir que a cisão no movimento sindical não está ainda formalizada. Assim, na opinião da linha sindical afecta ao Secretariado da Inter, qual vai ser a saída para o actual impasse? M.C. — Não entendemos os sindicatos do grupo Carta Aberta como um bloco. Entendemo-los como um grupo de direcções sindicais que contesta algumas decisões da RGS e isso pode ainda ser discutido, conseguindo-se um acordo. Mas, para nós, o fundamental (e por isso mesmo constituímos a CO provisória) era não perder tempo na organização do Congresso. Deverão agora os trabalhadores debaterem estes assuntos.

Se houver direcções sindicais que não queiram participar no processo, os trabalhadores reunidos em assembleias gerais poderão levá-las a tomarem outras posições. Vamos agora promover reuniões a todos os níveis, e esperamos que os trabalhadores tomem decisões e vinculem as direcções sindicais a essas decisões. Depois disso, tudo ficará mais esclarecido.

Porta aberta: única saída?

EXP. — Se bem percebi o Manuel Candeias, a linha da Inter deixa a porta aberta, dando a hipótese a outros sindicatos de entrarem no processo. M.C. — Não é só a hipótese, é o nosso desejo.

EXP. — Mas queríamos perguntar, se não haverá negociações que levem a concessões de parte a parte? Se a Inter põe, como a única hipótese para o grupo da Carta Aberta, uma entrada no processo pela porta que já ficou aberta? M.C. — Convém, de facto, esclarecer esse aspecto. Houve uma RGS em que estiveram um grande número de sindicatos. Alguns não participaram porque não quiseram. Foi eleita uma CO provisória, decidiu-se a entrega de projectos de regulamento que serão apreciados. Depois, haverá um período para os trabalhadores se pronunciarem sobre o regulamento. Só depois se elegerá a CO definitiva e o regulamento.

EXP. — Mas eu referia-me a um acordo sobre a CO. M.C. — A nosso ver, também esse aspecto foi aqui focado. Esperamos que todos participem. É esse o nosso desejo. Mas, se por qualquer motivo, alguns sindicatos não quiserem participar, não podemos obrigá-los.

EXP. — Uma vez que, por parte da Inter, o grupo da Carta Aberta ou entra no actual processo, ou fica de fora, qual vai ser a vossa posição? J.L.G. — Lamentamos ouvir dizer que, se os sindicatos não entrarem pela porta que lhes é deixa-

da aberta, assumirão a responsabilidade por não terem entrado. M.C. — A porta que sempre esteve aberta.

J.L.G. — Essa é uma atitude paternalista que já dissemos rejeitar. Até porque a porta não esteve sempre aberta. Houve, até tentativas de agressão e coacção por parte das mesas nas reuniões da Inter. Pensamos que, de facto, só os trabalhadores se poderão pronunciar. Dizem-nos que o grupo da Carta Aberta não é um bloco, mas apenas um número reduzido de sindicatos, que actuam fora da estrutura sindical, paralelamente. Nós temos bem na carne que não somos apenas um grupo, mas a expressão de um grande número de trabalhadores portugueses. O meu programa de mandato, pelo programa de acção, para trabalhar no sentido da realização do Congresso de todos os Sindicatos para a unidade.

M.C. — Para finalizar, é importante frisar que a Carta Aberta surge 1 mês depois da Inter ter afirmado que iria convocar um novo Congresso dos sindicatos. J.L.G. — Também tenho um esclarecimento importante a fazer: em 26 de Março de 1976 a Inter dizia que, depois de ouvido o Conselho Geral dos Sindicatos e dada a modificação da relação de forças no movimento sindical, convocaria um Congresso extraordinário. A Carta Aberta surge para salientar que um congresso extraordinário não resolveria a questão. Defendíamos a necessidade de um congresso de todos os sindicatos para a unidade.

PROPOSTA

- 1.º A união de todos os trabalhadores para que o Congresso seja uma realidade.
- 2.º Todos os Delegados Sindicais presentes no Plenário efectuado em 9-9-76 dêem um voto de confiança à nossa Direcção.
- 3.º Todos os Delegados Sindicais façam um esclarecimento e uma mobilização total nas empresas.
- 4.º Forçar o Governo a cumprir o Artigo 37.º (Liberdade de expressão e informação) nos pontos 1, 2, 3 e 4.

APROVADA COM UM VOTO CONTRA
E 4 ABSTENÇÕES

TELEGRAMA

À CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES DO CHILE

Rue Louis Suger — 93200 St. Denis — FRANCE

Sindicato Metalúrgicos Lisboa, em nome trabalhadores metalúrgicos, manifesta profundo pesar de desaparecimento camarada Luis Figueiroa, grande dirigente movimento operário chileno e mundial!

Dia 9 Setembro 1976

A DIRECÇÃO

Século
11/9/76

«O Escritório» dedica número ao Congresso dos Sindicatos

O jornal do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, «O Escritório», dedica um número especial ao Congresso dos Sindicatos. Num editoria em que se afirma, é fundamental para os trabalhadores que consigam até ao fim da união que lhes cabe — Construir uma sociedade socialista — a coordenação de toda a acção sindical numa central única e democrática, a direcção deste sindicato acentua o propósito de contribuir, de facto para a unidade de todos os trabalhadores.

E mais adiante: «Queremos

um congresso de todos os sindicatos para a unidade de todos os trabalhadores, mas sabemos quanto esta palavra faz tremor. Atemoriza a direita que aponta distintamente para o pluralismo sindical, como forma clara e definitiva de espartilhar o movimento sindical, aterroriza certa «esquerda» para quem só uma certa unidade parece interessar: a sua unidade».

Este número de «O Escritório» inclui ainda a «História da Carta Aberta», as conclusões do encontro de Coimbra, e considerações sobre o princípio de paridade».

Sindicatos da carta aberta reunem-se em Coimbra

Os sindicatos da «Carta Aberta» voltam a reunir-se em Coimbra, nos próximos dias 13 e 14, para fazerem mais uma vez o ponto da situação no que diz respeito à preparação do Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade. Entre os pontos a abordar destaca-se a participação ou não das direcções sindicais afectas à Comissão de Redacção na Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso».

Julho
11/9/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALO-MECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO REUNIÃO GERAL DE DELEGADOS SINDICAIS

Com a maior participação de sempre em Plenários de Delegados Sindicais Metalúrgicos, para além das muitas intervenções na discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos, como ponto prévio, foi lembrado o 3.º aniversário da primeira reunião do Movimento dos Capitães de 9 de Setembro de 1973, que no dia 25 de Abril de 1974 derrubou o regime fascista no nosso país.

Foi observado também um minuto de silêncio pelos dois camaradas metalúrgicos da Setenave, vítimas de mais um acidente de trabalho.

Sobre o Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, foram ratificadas as decisões da Reunião Geral de Sindicatos do dia 4-9-76, tendo sido aprovada uma Moção que, entre outros pontos, apela à unidade dos trabalhadores e condena as actuações divisionistas de certas forças que visam a cisão do Movimento Sindical.

Foi ainda aprovada uma Moção sobre a RTP onde se condena a sua actuação em relação às organizações de trabalhadores, nomeadamente a não comparência na Conferência de Imprensa promovida pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de todos os Sindicatos, por decisão de 170 Sindicatos, representando 1 400 000 trabalhadores.

Foi observado, também, um minuto de silêncio pela morte do camarada Luis Figueiroa, grande dirigente do Movimento Operário Chileno e Mundial, tendo sido aprovada uma Moção de repúdio pela ditadura fascista, que mergulhou o Chile na dor, no luto, no sangue do seu próprio povo.

No decorrer dos trabalhos veio a ser aprovada mais uma Moção que entre vários pontos, apela à participação dos Delegados Sindicais no esclarecimento e mobilização de todos os trabalhadores.

Escritórios de Aveiro

Século 11/9/76

Ninguém se pode opor ao congresso para a unidade

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro justifica, em comunicado tornado público, a ausência na reunião de sindicatos realizada no Instituto Superior Técnico afirmando, no entanto, que ninguém (nem fascistas nem o Secretariado da Intersindical) se pode opor ao congresso de todos os sindicatos para a unidade».

No comunicado aponta as razões da ausência e afirma:

«Não alinha nas fantochadas do Secretariado divisionista, da dependente Intersindical, que mais uma vez procura amordar a unidade porque lutam todos os trabalhadores».

«Repudia a composição da Comissão Nacional Organiza-

dora do II Congresso da Intersindical, eleita «democraticamente» pela já conhecida e bem afinada orquestra que não passa de uma minoria de sindicatos deste País.

«Continuará a lutar para que a unidade dos trabalhadores seja um facto concreto, uma realidade palpável e não uma farsa como pretende o Secretariado da Intersindical, dando assim cumprimento a um dos pontos do programa desta direcção que venceu por grande maioria as eleições realizadas em Março de 1976.»

A finalizar afirma ainda o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Aveiro: «Resumamos e cisão sindical. Combatemos todos aqueles que pretendem institucionalizar a divisão.»

• **RODOVIÁRIOS EM PLENÁRIOS** — O Sindicato dos Rodoviários de Lisboa convocou para os próximos dias 14, 15, 16 e 20 diversos plenários de sócios a realizar respectivamente em **Maíra, Vila Franca de Xira, Sacavém e novamente em Maíra.**

Os pontos de discussão são os seguintes: dinamização das uniões sindicais locais, congresso dos sindicatos e contraproposta de C. C. T. V. apresentada pela Rodoviária Nacional.

Outubro 11/9/76

«REPUDIA» A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PRÓXIMO CONGRESSO DOS SINDICATOS

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro, tornou público um comunicado justificando a sua ausência à Reunião Geral de Sindicatos do Técnico (donde saiu, como se sabe, a Comissão Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos).

O Sindicato em causa afirma que «não alinha nas fantochadas do Secretariado divisionista, da dependente Intersindical, que mais uma vez procura amoldar a unidade porque lutam todos os trabalhadores portugueses».

Noutra passagem «repudia» a composição da Comissão Nacional Organizadora do «II Congresso da Inter», eleita «democraticamente» pela já bem conhecida e bem afinada orquestra que não passa de uma minoria de sindicatos deste País» e afirma que «continuará a lutar para que a unidade dos trabalhadores seja um facto concreto, uma realidade palpável e não uma farsa como pretende o Secretariado da Inter, dando assim cumprimento a um dos pontos do programa desta direcção que venceu por grande maioria as eleições realizadas em Março de 1976».

A terminar, o comunicado afirma ainda: «Recusamos a cisão sindical. Combatemos todos aqueles que pretendem institucionalizar a divisão. Ninguém (nem fascistas nem secretariado da Intersindical) se pode opor ao Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade».

PLENÁRIOS DE DELEGADOS RODOVIÁRIOS DE LISBOA

Convocados pela Secção de Apoio aos Delegados Sindicais dos Rodoviários do Distrito de Lisboa, vão realizar-se, nos próximos dias, diversos plenários para análise de vários problemas, entre os quais o Congresso dos Sindicatos.

Outros pontos importantes que serão discutidos pelos Rodoviários referem-se à dinamização das Uniãoes Sindicais locais, e à contraproposta do Contrato Colectivo do Trabalho Vertical.

Assim, nas instalações da União Sindical de Mafra, nos próximos dias 14 e 20 realizar-se-ão os plenários dos Trabalhadores da Empresa Mafrense e dos Trabalhadores Rodoviários da Região de Mafra, respectivamente. Também em Vila Franca de Xira, na respectiva União Sindical, se efectua no dia 15, às 21 horas, um plenário com a mesma ordem de trabalhos, bem

como na União Sindical de Sacavém, à mesma hora do dia 16 do corrente.

METALÚRGICOS RATIFICAM APOIO A COMISSÃO ORGANIZADORA

Os delegados sindicais metalúrgicos, reunidos em plenário, ratificaram as decisões referentes ao Congresso dos Sindicatos, aprovadas na Reunião Geral do Instituto Superior Técnico.

Os delegados metalúrgicos consideraram que a realização do congresso de todos os sindicatos «para o reforço da unidade dos trabalhadores e para a reestruturação da Intersindical», será a garantia «da defesa das conquistas alcançadas para a consolidação da democracia e a transição para o socialismo».

Foram denunciadas a «calúnia e deturpação de verdade» por parte de alguns órgãos da Informação «que têm tratado os assuntos dos trabalhadores». A RTP foi particularmente visada, e classificado o seu comportamento de «sectário e divisionista».

O plenário alertou, também, para a vigilância contra a cisão no Movimento Sindical, e repudiou o «ataque das forças reacçãoárias à Intersindical».

Durante a reunião, os trabalhadores presentes guardaram minutos de silêncio em memória de Luís Figueira, dirigente da Central Sindical chilena, e dos dois metalúrgicos mortos na Setenave. Foi ainda recordado o terceiro aniversário da primeira reunião do então chamado «Movimento dos Capitães».

A L. C. I. E O CONGRESSO

«As aspirações de unidade manifestadas no 1.º de Maio de 1976 não podem ser traídas», afirma a Liga Comunista Internacionalista, através de um comunicado subscrito pela sua Comissão Operária Nacional, e que analisa a situação do Movimento Sindical, marcada, actualmente, pela questão do Congresso dos Sindicatos.

A L. C. I. começa por contestar a forma de constituição da Comissão Organizadora Provisória, que considera «um golpe burocrático para hegemonizar a condução dos trabalhos preparatórios do Congresso», e afirma defender o princípio da paridade.

Mais à frente, no entanto, ataca simultaneamente o Secretariado da Inter e a Comissão da «Carta Aberta»:

«A falta de informação, a confusão que existe na maioria dos

trabalhadores quanto à questão da constituição da Comissão Organizadora do Congresso tem permitido e permite toda a demagogia, toda uma série de jogadas de cúpula e de negociações entre os sindicatos signatários da «Carta Aberta» e do secretariado da Intersindical, feitas nas costas dos trabalhadores».

«Precisamente por isto, a posição do Secretariado da Intersindical, recusando o debate público com os sindicatos signatários da «Carta Aberta», não contribui de forma nenhuma para o esclarecimento e informação de milhares de trabalhadores portugueses. Por outro lado, a posição ultimativista tomada pelos sindicatos subscritores da «Carta Aberta», que acabaram por boicotar a reunião do passado dia 4, mais não faz do que permitir o adiamento do Congresso, não contribui para o esclarecimento completo de todos os trabalhadores e encoraja toda a demagogia burguesa favorável à divisão dos trabalhadores e à cisão sindical.»

A terminar, afirma-se no comunicado da L. C. I.: «A preparação e realização do Congresso de todos os sindicatos para a unidade terá de avançar contra a propaganda reacçãoária que pretende enfraquecer os trabalhadores e a sua organização sindical, dividindo-os. A cisão, abrindo caminho à criação de duas ou mais centrais sindicais são coisas que só servem o patronato e como tal, devem ser vigorosamente combatidas».

«INTER» PROCURA APRESSAR O CONGRESSO

Porto - 11/9/76

Continua muita intensa a actividade desenvolvida pelo Secretariado da Intersindical Nacional e sindicatos afectos à sua linha, no sentido de apoio ao congresso nacional que aquela central sindical pretende organizar, ainda no decorrer deste ano, «o mais cedo possível», segundo meios vinculados àquele secretariado.

De entre as actividades da Intersindical destaca-se a posição tomada, versus R.T.P., insurgindo-se pela falta de cobertura que a emissora nacional de televisão praticou, pela sua ausência na conferência de Imprensa convocada pela «comissão organizadora provisória», do referido congresso nacional, para o passado dia 7 do corrente, pelas 16 horas, a que o «Comércio do Porto» se referiu larga e oportunamente.

«A Comissão Nacional Organizadora Provisória sublinha que tal ausência é mais uma prova de desprezo da R.T.P. pelas decisões das estruturas representativas dos trabalhadores e não contribui para uma política de verdade que os órgãos de Comunicação Social devem seguir e na qual todos os trabalhadores estão interessados e têm direito.

TEXTEIS ADEREM A LINHA INTERSINDICAL

Entretanto os Sindicatos Têxteis, ontem reunidos em Lisboa, tomaram posição em face do congresso organizado pela Intersindical, aprovando uma moção onde é salientada a necessidade do processo desse congresso «ser limpo, sem negociações nas costas dos trabalhadores, e considerando que, ultimamente, se tem cavado uma grande divisão que poderá, rapidamente, conduzir a uma cisão do Movimento Sindical Português» e ainda que «um dos princípios fundamentais que deve ser defendido a todo o custo é a unidade sindical expressa na lei», a mesma moção exige que o Congresso se realize o mais rápido possível, com a participação de todos os sindicatos «excepto dos sindicatos paralelos».

Exige ainda que a direcção dos sindicatos presentes na reunião «lute pela unidade do movimento sindical até ao limite das suas forças». A moção repudia também a forma de paridade que reconhece duas tendências, sendo uma delas chamada «Carta Aberta».

OUTRAS INICIATIVAS DE APOIO AO CONGRESSO

Na mesma reunião foi ainda tratado o encontro nacional de jovens que a Intersindical vai realizar em data ainda a definir, tendo sido entregue aos delegados um inquérito que será distribuído por estes nas suas fábricas, e através do resultado do qual serão recolhidos elementos que irão constituir as teses a discutir por todos os trabalhadores. Esses elementos serão entregues a uma comissão de jovens trabalhadores do sector, já constituída para esse fim.

A propósito do convívio que no dia 19 deste mês irá reali-

zar-se entre os trabalhadores têxteis, em Águeda, foi dado conta da mobilização que está a ser feita para o efeito, a nível nacional.

Os mesmos sindicatos reunidos deram a sua adesão à iniciativa do Sindicato dos Espectáculos no que se refere a uma maratona do espectáculo, que terá a duração de 26 horas consecutivas, e que se realizará brevemente e apelou para todos os trabalhadores do sector a estarem presentes nessa realização.

CONSTRUÇÃO CIVIL DE LISBOA REPUDIA A PARIDADE INTER-CARTA ABERTA

A paridade sindical, defendida por alguns sindicatos é considerada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa como «uma utopia, um abrir caminho a sindicatos paralelos, e, assim, dividir os trabalhadores e facilitar a recuperação capitalista».

Este ponto de vista daquele sindicato foi expresso numa conferência de Imprensa, ontem de manhã, na União dos Sindicatos de Lisboa, que teve

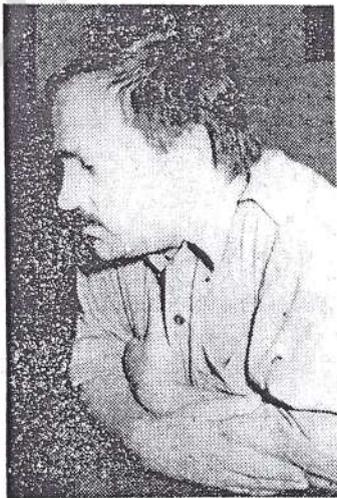
por ordem de trabalhos o «Congresso de todos os Sindicatos» e o «contrato da construção civil».

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do distrito de Lisboa reafirmou o seu apoio às decisões tomadas na reunião geral de sindicatos efectuada no último fim de semana no Instituto Superior Técnico. Nomeadamente a que se refere à formação da comissão organizadora provisória do «Congresso de Todos os Sindicatos», cujo programa definitivo será elaborado pela Comissão Nacional Organizadora a criar dentro de um mês.

«Um regulamento sindical único — disseram os dirigentes daquele sindicato — vai ser discutido por todos os trabalhadores portugueses cujos interesses só poderão ser verdadeiramente defendidos pela sua central única».

Foi também apontada a necessidade de reestruturação da Intersindical, bem como uma forma de entendimento de todos os trabalhadores, como forma de corrigir erros e avançar na defesa dos seus próprios interesses.

Meia hora a acusar os trabalhadores



Através do Sr. João Pacheco, empregado de escritório e dirigente da Intersindical, obtivemos a opinião de um sindicalista:

«Ouvi parcialmente o discurso. A nossa primeira impressão é má. O discurso traduz um caminho de recuperação capitalista. O que me prendeu mais a atenção foram os problemas das empresas em autogestão e o dos despedimentos. O que ele disse traduz-se numa condenação do grande esforço dos trabalhadores em prol da Revolução. A primeira meia hora gastou-a em acusações aos trabalhadores.»

de Jan - 11/9/76

DEBATE TELEVISIVO INTER CARTA ABERTA EM «TERÇA-FEIRA À NOITE»?

A R.T.P. — Radiotelevisão Portuguesa — acaba de tomar uma iniciativa que, por certo, muito vai influir no desenrolar do diferendo sindical existente entre as duas principais linhas do Movimento Sindical Português, a Intersindical e o grupo «Carta Aberta», pois que acaba de convidar estas duas entidades para um debate público, a difundir no próximo dia 14 de Setembro, no programa «Terça-feira à noite».

Sabe-se que o grupo «Carta Aberta» aceitou o convite, prontificando-se para o amplo debate, que foi, aliás, condição prévia para tomar parte — e onde esteve ausente — nas reuniões distritais sindicais, convocadas pela Intersindical para os dias 30 de Agosto a 2 de Setembro, e na reunião nacional, realizada em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, em 4 de Setembro.

Embora já não se trate de «amplo debate prévio», como preconizado pela «Carta Aberta», este grupo sindical aceitou o convite para o debate agora proposto pela R.T.P.

Ainda não se conhece qual a resposta que a Intersindical teria dado à R.T.P., mas recorda-se que esta central sindical, após a nomeação da «Comissão Organizadora Provisória», emitiu várias resoluções, na referida reunião de 4 de Setembro, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, de onde sobressai a resolução

4.ª, onde são postos os seguintes condicionais para o debate público da questão sindical:

A) — Definição prévia nos termos da transcrição ou transmissão nos referidos órgãos de comunicação das diferentes posições e garantindo por aqueles o seu respeito integral;

B) — Rejeição de que o debate se processe nas bases de blocos dos sindicatos, mas se integre na preparação do Congresso de forma unitária e com respeito pela estrutura sindical existente.

C) — Rejeição de debate em órgãos de comunicação declaradamente ou abertamente reaccionários e (ou) sem expressão junto dos trabalhadores.

Assim, o debate agora proposto pela R.T.P. não é o debate «a priori» (como pretendia a «Carta Aberta»), ao mesmo tempo que também não se enquadra para além da erejeição nas bases dos blocos de sindicatos) (como pretende evitar a Intersindical).

O ponto da situação actual — em face do debatido problema de «amplo debate» — poderá pôr-se nos termos de que a «Carta Aberta» já prescindiu do seu condicionalismo «a priori», isto é, antes do início da organização do Congresso Nacional de Sindicatos, restando saber se a Intersindical prescindiu também das suas citadas condições da resolução 4.ª.

«CARTA ABERTA» REÚNE EM COIMBRA

Entretanto, o grupo sindical «Carta Aberta» reúne em Coimbra, nos próximos dias 13 e 14 de Setembro, próximas segunda e terça-feira, para um plenário para que estão convidados noventa sindicatos de todo o País.

Recorde-se que na reunião convocada pela Intersindical, de 4 de Setembro, no Instituto Superior Técnico, estiveram 170 sindicatos, dos quais 39 não inscritos naquela central sindical, com o número aparente de aderentes de 131 sindicatos, contra os 90 que se espera que reúnam em Coimbra.

E neste contexto que o grupo «Carta Aberta» preconizava, na Comissão Organizadora do Congresso dos Sindicatos, a chamada «paridade», com a obrigação de 75 por cento das presenças para toda e qualquer resolução ser executável.

O grupo «Carta Aberta», em face da Comissão Organizadora Provisória, já eleita na reunião convocada pela Intersindical, afirma existir grande desequilíbrio, não sendo respeitada a «paridade», nem representação próxima de essa condição.

E para fazer o ponto da situação e tomar as soluções adequadas que o grupo «Carta Aberta» vai reunir em Coimbra, na data anunciada.

Profissionais das Telecomunicações:

Repúdio pelos ataques ao movimento sindical

Em moção aprovada por maioria contra apenas dois votos contra, os profissionais das telecomunicações e radiodifusão, reunidos na sede do seu sindicato em Lisboa, depois de análise à exposição feita ao país pelo Primeiro-Ministro, Mário Soares, decidiram: «Manifestar o seu repúdio pelos ataques ao Movimento Sindical, que mais não visam que dividir os trabalhadores para melhor servir os interesses do capital; repudiar as medidas que visam tirar

regalias aos trabalhadores sem ouvir os seus organismos de classe; manifestar a sua apreensão pelo perigo que correm as conquistas alcançadas pelos trabalhadores; considerar que só a unidade dos trabalhadores impede que qualquer força consiga vencê-los e apoiar a Comissão Provisória Organizadora do «Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade, na certeza de que do mesmo sairá grande e inenunciável a Central Única de Trabalhadores portugueses».

Dsc
11/9/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALO-MECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA

O. Reguilar
11/9/76

APROVADA POR MAIORIA COM UMA ABSTENÇÃO

MOÇÃO

Considerando que:

- Para a defesa de uma política salarial e da Contratação Colectiva que é o garante das nossas condições de vida;
- Para a luta contra os despedimentos e o desemprego que o patronato ameaça;
- Contra a recuperação capitalista;
- Pela defesa das nacionalizações, controlo operário e reforma agrária;
- Pela concretização na prática da Constituição e a participação activa dos trabalhadores na elaboração das leis fundamentais do País;

Só unidos e organizados os trabalhadores poderão lutar pelos seus interesses comuns e contra os seus inimigos de classe.

Assim:

A realização do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses para o reforço da unidade dos trabalhadores e para reestruturação da Central Única—Intersindical Nacional será o garante para a defesa das conquistas alcançadas para a consolidação da democracia e a transição para o socialismo.

Os Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Distrito de Lisboa, reunidos em plenário em 9/9/76, decidem:

1.º — Conforme decisão da Reunião Geral de Sindicatos no dia 4, que a Comissão Nacional Organizadora Provisória eleita por 170 Sindicatos comece a elaborar os trabalhos preparativos do Congresso e a dinamizá-lo junto dos trabalhadores.

2.º — Responsabilizar todos os que, não aceitando a democracia, põem em perigo a unidade dos trabalhadores, que é o resultado das duras lutas dos trabalhadores forjada durante o fascismo.

3.º — Que as Direcções Sindicais e todos os trabalhadores se mantenham firmes e vigilantes contra todas as tentativas de cisão do Movimento Sindical, denunciando e combatendo os divisionistas.

4.º — Repudiam os ataques das forças reaccionárias a Intersindical Nacional—Central Única, que mais não visa que a tentativa de divisão dos trabalhadores portugueses.

5.º — Repudiam a forma como alguns órgãos da Informação têm dirigido os assuntos dos trabalhadores, através da calúnia e da deturpação da verdade.

6.º — Tendo tido conhecimento de que, em várias empresas, circulam abaixo assinados, repudiam todas as tentativas de ingerências partidárias que, entre as várias formas com que se apresentam, aparecem com abaixo assinados, fugindo assim à discussão directa com os trabalhadores, através das estruturas por eles criadas.

7.º — Apelam à participação de todos os trabalhadores nos plenários, Assembleias, pelo reforço da unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses e pela reestruturação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional.

MOÇÃO

— Considerando que a Rádio Televisão Portuguesa é um órgão de comunicação social pago por todos os portugueses;

— Considerando que a RTP não compareceu na conferência de Imprensa promovida pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de Todos os Sindicatos, no dia 7/9/76, e convocada por decisão da última Reunião Geral de Sindicatos, onde estiveram presentes 170 Sindicatos, representando cerca de 1 400 000 trabalhadores;

— Considerando ainda que tal actuação é mais uma prova de desprezo da RTP pelas decisões das estruturas representativas dos trabalhadores e não contribui em nada para uma política de verdade, que os órgãos de comunicação social devem seguir;

Os Delegados Sindicais metalúrgicos, reunidos em Plenário Geral, no dia 9/9/76, decidem:

a) Denunciar a todos os trabalhadores o comportamento sectário da RTP que, através da cobertura que faz as forças divisionistas ao serviço da recuperação capitalista, tudo faz para nos dividir;

b) Protestar contra a sua ausência na Conferência de Imprensa promovida pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses e convocada por decisão de 170 Sindicatos representando 1 400 000 trabalhadores;

c) Reclamar dos Órgãos do Poder que ponham a RTP ao serviço efectivo dos trabalhadores portugueses e não ao serviço daqueles que pretendem continuar a explorá-los;

d) Apoiar todos os camaradas trabalhadores dos órgãos de comunicação social que continuam a lutar por uma informação honesta que sirva os interesses reais das classes trabalhadoras.

APROVADO POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

MOÇÃO

Considerando que:

- Para a defesa de uma política salarial e da Contratação Colectiva que é o garante das nossas condições de vida;
- Para a luta contra os despedimentos e o desemprego que o patronato ameaça;
- Contra a recuperação capitalista;
- Pela defesa das nacionalizações, controlo operário e reforma agrária;

Pela concretização na prática da Constituição e a participação activa dos trabalhadores na elaboração das leis fundamentais do país;

Só unidos e organizados os trabalhadores poderão lutar pelos seus interesses comuns e contra os seus inimigos de classe.

Assim:

A realização do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses para o reforço da unidade dos trabalhadores e para reestruturação da Central Única — Intersindical Nacional, será o garante para a defesa das conquistas alcançadas para a consolidação da democracia e a transição para o socialismo.

Os Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Distrito de Lisboa, reunidos em plenário em 9.9.76, decidem:

1.º Conforme decisão da Reunião Geral de Sindicatos no dia 4, que a Comissão Nacional Organizadora Provisória eleita por 170 Sindicatos comece a elaborar os trabalhos preparativos do Congresso e a dinamizá-lo junto dos trabalhadores.

2.º Responsabilizar todos os que, não aceitando a democracia, põem em perigo a unidade dos trabalhadores, que é o resultado das duras lutas dos trabalhadores forjada durante o fascismo.

3.º Que as Direcções Sindicais e todos os trabalhadores se mantenham firmes e vigilantes contra todas as tentativas de cisão do Movimento Sindical, denunciando e combatendo os divisionistas.

Repudiam os ataques das forças reaccionárias à Intersindical Nacional — Central Única, que mais não visa que a tentativa de divisão dos trabalhadores portugueses.

5.º Repudiam a forma como alguns órgãos de Informação têm dirigido os assuntos dos trabalhadores, através da calúnia e da deturpação da verdade.

6.º Tendo tido conhecimento de que, em várias empresas, circulam abaixo assinados, repudiam todas as tentativas de ingerências partidárias que, entre as várias formas com que e apresentam, aparecem com abaixo assinados, fugindo assim à discussão directa com os trabalhadores, através das estruturas por eles criadas.

7.º Apelam à participação de todos os trabalhadores nos plenários, Assembleias, discussões e outras formas de preparação do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses pelo reforço da unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional.

PROPOSTA

- 1.º A união de todos os trabalhadores para que o Congresso seja uma realidade.
- 2.º Todos os Delegados Sindicais presentes no Plenário efectuado em 9.9.76 dêem um voto de confiança à nossa Direcção.
- 3.º Todos os Delegados Sindicais façam um esclarecimento e uma mobilização total nas empresas.
- 4.º Forçar o Governo a cumprir o Artigo 37.º (Liberdade de expressão e informação) nos pontos 1, 2, 3 e 4.

APROVADA COM UM VOTO CONTRA E 4 ABSTENÇÕES

TELEGRAMA

Central Única de Trabalhadores do Chile
Rue Louis Suger
93200 St. Denis
FRANCE

Sindicato Metalúrgicos Lisboa, em nome trabalhadores metalúrgicos, manifesta profundo pesar desaparecimento camarada Luís Figueiroa, grande dirigente movimento operário chileno e mundial.

de Setembro 1976

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALO-MECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA

P. Populares
11/9/76

COMUNICADO

REUNIAO GERAL DE DELEGADOS SINDICAIS

Com a maior participação de sempre em Plenários de Delegados Sindicais Metalúrgicos, para além das muitas intervenções na discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos, como ponto prévio, foi lembrado o 3.º aniversário da primeira reunião do Movimento dos Capitães de 9 de Setembro de 1973, que no dia 25 de Abril de 1974 derrubou o regime fascista no nosso país.

Foi observado também um minuto de silêncio pelos dois camaradas metalúrgicos da Setenave, vítimas de mais um acidente de trabalho.

Sobre o Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, foram ratificadas as decisões da Reunião Geral de Sindicatos do dia 4.9.76, tendo sido aprovada uma Moção que, entre outros pontos, apela à unidade dos trabalhadores e condena as actuações divisionistas de certas forças que visam a cisão do Movimento Sindical.

Foi ainda aprovada uma Moção sobre a R.T.P. onde se condena a sua actuação em relação às organizações de trabalhadores, nomeadamente a não comparência na Conferência de Imprensa promovida pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de todos os Sindicatos, por decisão de 170 Sindicatos, representando 1.400.000 trabalhadores.

Foi observado, também, um minuto de silêncio pela morte do camarada Luís Figueiroa, grande dirigente do Movimento Operário Chileno e Mundial, tendo sido aprovada uma Moção de repúdio pela ditadura fascista, que mergulhou o Chile na dor, no luto, no sangue do seu próprio povo.

No decorrer dos trabalhos veio a ser aprovada mais uma Moção que entre vários pontos, apela à participação dos Delegados Sindicais no esclarecimento e mobilização de todos os trabalhadores.

MOÇÃO

- Considerando que a Radiotelevisão Portuguesa é um órgão de comunicação social pago por todos os portugueses;

- Considerando que a R.T.P. não compareceu na Conferência de Imprensa promovida pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de Todos os Sindicatos, no dia 7.9.76, e convocada por decisão da última Reunião Geral de Sindicatos, onde estiveram presentes 170 Sindicatos, representando cerca de 1.400.000 trabalhadores;

- Considerando ainda que tal actuação é mais uma prova de desprezo da R.T.P. pelas decisões das estruturas representativas dos trabalhadores e não contribuiu em nada para uma política de verdade, que os órgãos de comunicação social devem seguir;

Os Delegados Sindicais metalúrgicos, reunidos em Plenário Geral, no dia 9.9.76, decidem:

a) Denunciar a todos os trabalhadores o comportamento sectário da R.T.P. que, através da cobertura que faz às forças divisionistas ao serviço da recuperação capitalista, tudo faz para nos dividir;

b) Protestar contra a sua ausência na Conferência de Imprensa promovida pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses e convocada por decisão de 170 Sindicatos representando 1.400.000 trabalhadores;

c) Reclamar dos Órgãos do Poder que ponham a R.T.P. ao serviço efectivo dos trabalhadores portugueses e não ao serviço daqueles que pretendem continuar a explorá-los;

d) Apoiar todos os camaradas trabalhadores dos órgãos de comunicação social que continuam a lutar por uma informação honesta que sirva os interesses reais das classes trabalhadoras.

APROVADO POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

MOÇÃO

O povo do Chile sofre neste momento a mais feroz ditadura fascista, comparável apenas à Alemanha de Hitler, com o apoio mais ou menos descarado do imperialismo e seus lacaios.

O povo português e, principalmente, a classe operária, sentiu também na carne a exploração desenfreada, a fome, a miséria e a repressão durante 48 longos mas heróicos anos.

Nós, Direcção e Delegados Sindicais metalúrgicos, eleitos pelos nossos companheiros de trabalho, tendo bem presente toda a responsabilidade que temos como representantes de camaradas nossos e como operários a quem o fascismo nunca vergou na luta pelas liberdades democráticas, pelo pão, pelo trabalho e pela paz; com a autoridade deste passado, prometemos ao povo do Chile toda a nossa solidariedade de combate, batendo-nos também na nossa pátria contra as forças reaccionárias que pretendem fazer regressar Portugal ao passado.

Nós, trabalhadores metalúrgicos, repudiamos a ditadura de Pinochet e o apoio internacional que ainda desfruta, apelando às forças do progresso e aos trabalhadores de todo o Mundo para intensificarem as acções, com vista ao isolamento internacional da Junta fascista chilena.

Nós, trabalhadores metalúrgicos, reclamamos às organizações internacionais, particularmente da O.N.U., todo o apoio à heróica luta do povo chileno, contra os seus carcereiros e assassinos.

Nós, trabalhadores metalúrgicos, apelamos à comparência em massa no Comício de Solidariedade à C.U.T. do Chile, que a nossa Central Única de Trabalhadores, a Intersindical, promove no próximo sábado, dia 11, pelo terceiro aniversário do golpe imperialista/fascista que mergulhou o Chile na dor, no luto, no sangue do seu próprio povo.

VIVA O POVO DO CHILE!
VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!
A LUTA CONTINUA!
O POVO DO CHILE VENCERÁ!

Aprovado por unanimidade e aclamação.

APROVADA POR MAIORIA COM UMA ABSTENÇÃO

Intersindical reage ao discurso de Mário Soares

«A LINGUAGEM AGRESSIVA UTILIZADA CONTRA OS TRABALHADORES CONTRASTA COM A REVERÊNCIA DEMONSTRADA PARA COM O GRANDE CAPITAL INTERNO»

O Departamento de Informação da Intersindical Nacional emitiu ontem um comunicado, muito extenso, em que a Central Sindical Única toma posição perante o discurso proferido na última quinta-feira pelo primeiro-ministro. O comunicado refere nomeadamente:

«A comunicação do primeiro-ministro ao País não corresponde, nem de perto nem de longe, às posições que os trabalhadores têm o direito de exigir de um Governo que tem por imperativo realizar a sua política «com respeito pela Constituição, por forma a corresponder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo».

A linguagem agressiva utilizada contra os trabalhadores e as suas organizações de classe contrasta com a reverência demonstrada perante o grande capital interno e internacional que continua a influir decisivamente nos principais aspectos da economia portuguesa.

Nem uma palavra é utilizada contra a sabotagem económica do grande capital ou contra o boicote imperialista à jovem democracia portuguesa. Mas os trabalhadores são responsabilizados pela existência e pelas proporções da crise económica.

O primeiro-ministro utiliza a linguagem da C.I.P. e da C.A.P. ao acusar os trabalhadores de «fúria reivindicativa», atribuindo-lhes a culpa da baixa de produtividade e do aumento do absentismo.

Ao afirmar que a luta reivindicativa dos trabalhadores só conduziu ao agravamento das desigualdades salariais, o Sr. Mário Soares procura fazer esquecer o enorme saldo positivo do 25 de Abril na melhoria generalizada das condições de vida dos trabalhadores portugueses.

Mas só o patronato reaccionário e o grande capital interno e internacional poderão estar interessados em confundir alguns erros a que conduziu a luta reivindicativa, com a justa melhoria condições de vida e de trabalho alcançadas após o 25 de Abril.

Deste modo pretende o Governo justificar uma política que, a ser concretizada, agravaria fortemente a exploração política em que se destacam medidas como a liberalização dos despedimentos sem justas causas; a introdução de maiores limites à contratação colectiva; o congelamento do salário mínimo até Janeiro de 1977; a proibição de actualização de salários segundo o aumento do custo de vida; as projectadas altas de preço; o pagamento do décimo terceiro mês em títulos; o aumento de descontos para a Previdência; o agravamento dos horários de trabalho, etc.

Os sindicatos continuarão a estar na vanguarda da luta contra as reivindicações demagógicas e irrealistas, contra as reivindicações que agravam as distorções salariais herdadas do regime dos monopólios e provocam a divisão dos trabalhadores.

Mas não cederão um passo na luta contra a exploração, opondo-se decisivamente a todas as medidas que o Governo projecta para retirar aos trabalhadores as suas conquistas económicas e sociais.

Nem uma palavra é utilizada para enaltecer as grandes conquistas históricas da Revolução portuguesa — as liberdades democráticas; os direitos dos trabalhadores; as nacionalizações; o controlo e gestão operários; a reforma agrária. Elas são apresentadas como um mal. As grandes conquistas do povo português — e não ao regime de exploração assente na dominação dos monopólios e latifundiários — atribui o primeiro-ministro as razões fundamentais da crise económica.

Os trabalhadores assistiram, envergonhados, ao espectáculo de um primeiro-ministro de um Governo Constitucional português, apresentar desculpas pelas grandes conquistas alcançadas desde o 25 de Abril, aos piores opressores e exploradores de sempre do nosso povo: ao capital e à reacção.

Com tal «diagnóstico» da crise, os «remédios» não poderiam ser diferentes dos indicados pelo primeiro-ministro. Trata-se claramente de fazer pagar aos trabalhadores e às massas populares a crise económica que não provocaram.»

★ «Não é com discursos deste teor»

O comunicado prossegue, declarando:

«O projecto relativo ao pagamento do 13.º mês, em títulos do tesouro é o exemplo acabado de uma política que pretende basear-se no sacrifício dos trabalhadores para resolver problemas que só os capitalistas criaram. Na verdade, o Governo mantém os seus propósitos de indemnizar, à custa do nosso povo, os grandes monopólios e latifundiários expropriados.

Para conseguir a sua política, o Governo necessitaria de recorrer à repressão sobre os trabalhadores. Assistimos com preocupação a ameaças claras de utilização de forças policiais contra as lutas dos trabalhadores, e de restringir fortemente as liberdades democráticas e sindicais, não hesitando o Governo perante a necessidade, em que tal política o colocaria, de violar a Constituição.

O discurso do primeiro-ministro — programa acabado de recuperação capitalista à custa dos trabalhadores — é feito num momento em que se assiste a uma das mais fortes ofensivas contra a unidade dos trabalhadores e do movimento sindical português.

Só a divisão dos trabalhadores perante os seus inimigos de classe, só a fragmentação do poderoso unitário tornaria possível que um tal programa fosse posto em prática. Este discurso e as ameaças que ela encerra servirão certamente de aviso muito sério a todos os responsáveis sindicais que não tenham até agora dado combate firme ao divisionismo no movimento

sindical, e contribuirá seguramente para a mobilização dos trabalhadores em defesa da unidade.

Unidade que será mantida e reforçada, apesar da ingerência do Estado nos sindicatos, que o primeiro-ministro ameaça ao anunciar modificações de fundo na lei sindical, sem consultar os trabalhadores e com desrespeito pela vontade manifestada por estes.

Não é com discursos deste teor que o Governo conseguirá obter a confiança dos trabalhadores e a sua mobilização entusiástica e indispensável nas grandes tarefas de reconstrução nacional. A política anunciada reforçará certamente as forças reaccionárias, os patrões da C.I.P. e da C.A.P., que pretendem aniquilar completamente o regime democrático consagrado na Constituição.

A Intersindical Nacional — central sindical única dos dos trabalhadores portugueses — manifesta a mais profunda preocupação perante uma política que se pretende levar a cabo sem a participação dos trabalhadores e contra os seus interesses e direitos fundamentais.

A Intersindical Nacional afirma estar pronta a discutir com o Governo as grandes medidas de política económica e social que dêem realização à Constituição e às mais caras aspirações dos trabalhadores e do nosso povo: mas essa política não é, nem pode ser, anunciada pelo primeiro-ministro que dá satisfação servir às exigências do grande capital e visa, apenas, obter a sua confiança.

Face ao discurso do primeiro-ministro, os trabalhadores portugueses continuarão sem desfalecimentos a sua luta pela defesa dos direitos consagrados na Constituição e por todas as conquistas mais importantes da Revolução.

A Intersindical Nacional estará sempre na vanguarda dos trabalhadores no combate cada dia mais difícil, por um regime democrático a caminho do socialismo».

Sindicato da Indústria Metalúrgica do Distrito do Porto

Moção sobre o Congresso dos Sindicatos

Os Delegados Sindicais do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, reunidos em 8/9/76, considerando a importância de que se reveste o Congresso dos Sindicatos para a defesa dos interesses dos trabalhadores, resolveram o seguinte:

1— Apoiar as decisões do Encontro Nacional de Sindicatos de 4/9/76, convocado pelo Secretariado da Intersindical, que reuniu 167 Sindicatos num dos maiores encontros do Movimento Sindical Português, importante vitória no caminho da unidade e clara derrota para aqueles que tudo fizeram para diminuir a importância deste Encontro.

As resoluções tomadas, designadamente a formação duma Comissão Organizadora Provisória do Congresso largamente unitária e a abertura de um período de debate com os trabalhadores, dentro da organização sindical, sobre o conteúdo do regulamento do Congresso, são um importante contributo para a realização do Congresso de todos os Sindicatos portugueses, para a reestruturação da Intersindical — Central Única dos Trabalhadores Portugueses, para o reforço da unidade do Movimento Sindical Português.

2— Os trabalhadores metalúrgicos, que ainda durante o fascismo deram um contributo decisivo para a criação da Intersindical Nacional, continuarão hoje na primeira linha do combate pela unidade do Movimento Sindical Português, pela defesa dessa grande conquista de todos os trabalhadores portugueses que é a existência duma única Central Sindical.

Num momento em que dirigentes da C.J.P. (Confederação Única do Patronato) defendem a necessidade de conter os Sindicatos e se mostram tão preocupados com a democracia nos Sindicatos, em que o patronato arrasta e boicota as negociações e o cumprimento dos C.C.T., enquanto aumenta o custo de vida e a direita tenta novas medidas lesivas dos interesses dos trabalhadores, «OS TRABALHADORES TÊM DE ESTAR UNIDOS, O MOVIMENTO SINDICAL NÃO PODE SER DIVIDIDO».

A unicidade sindical (unidade do Movimento Sindical expressa na lei e conseqüente proibição da Constituição de Sindicatos paralelos) é uma importante conquista dos trabalhadores. Ela permite impedir que por iniciativa do patronato ou de qualquer Grupo ou Partido, se venham a constituir por exemplo vários Sindicatos Metalúrgicos no Distrito do Porto, com a conseqüente divisão e enfraquecimento dos trabalhadores face ao patronato, que teria as mãos livres para despedir e explorar ainda mais.

3— Dinamizar a discussão pelos trabalhadores metalúrgicos dos problemas relacionados com o Congresso dos Sindicatos, designadamente a análise do projecto de regulamento, de modo a permitir uma larga participação dos trabalhadores na preparação do Congresso. É no debate franco e aberto no seio das suas organizações sindicais, que os trabalhadores resolvem as suas divergências, fortalecem a sua unidade.

Por isso, apelamos também às Direcções Sindicais que ainda recusam o diálogo no seio do Movimento Sindical sobre o Congresso, para se juntarem à grande maioria dos Sindicatos que lutam por um Congresso de todos os Sindicatos para a reestruturação da Central Única dos Trabalhadores. Se o não fizerem, assumirão perante os trabalhadores a responsabilidade histórica de contribuírem para a divisão dos trabalhadores e do Movimento Sindical, grande aspiração do patronato.

A DIRECÇÃO

TRABALHO
EM ANÁLISE

19 Jan
12/9/76

FALTOU A CONTRAPARTIDA

O pano de fundo da vida nacional mantém-se agitado pelo discurso do primeiro-ministro. A longa alocação não pôde, entretanto, merecer o agrado dos trabalhadores.

Se bem que algumas das observações do Dr. Mário Soares sejam justificáveis, tornou-se, por outro lado, assaz notória, a falta de um enquadramento político, de teor revolucionário, ou pelo menos moral, exigível a um chefe de Governo socialista, que sublimasse as severas críticas, tornando-se incondicionalmente aceites pelos trabalhadores.

A contrapartida exigiria ao primeiro-ministro o esforço de um salto ao outro lado da barricada e, depois de aí se encontrar, exigiria uma denúncia feita com a mesma aplicação com que «bateu» nos trabalhadores, do que, a outros níveis, se passa. Não faltaria que dizer e que corrigir. Daí não ter surpreendido a maciez e até receptividade que os partidos políticos não socialistas revelaram perante o discurso.

Os dias da semana percorreram também os difíceis caminhos da unidade do movimento sindical. A Comissão Organizadora do Congresso eleita durante a maior reunião sindical de sempre em que se encontravam representados um milhão e quatrocentos mil trabalhadores, iniciou em ritmo acelerado as tarefas de que se encontra incumbida.

Paralelamente prosseguiu também a actividade de contestação ao Secretariado da Intersindical desencadeada pelos Sindicatos subscritores da «Carta Aberta». O movimento sindical mantém-se, assim, de ferida aberta, embora a unidade esteja ainda ao alcance.

Três «linhas de tendência» são referenciáveis no movimento, correspondendo a três sectores da esquerda, sendo um desses sectores apoiado pela direita, à falta de representatividade desta dentro do sindicalismo português. Por outro lado, há quem defenda igualmente a existência de «blocos» e na diferenciação de conceitos existiria uma evidente gradação de possibilidades relativamente à concretização da unidade. Enquanto as linhas de tendência se revelariam mais fluidas e portanto mais amoldáveis, os «blocos» por sua vez mostrar-se-iam mais impenetráveis e ciosos dos seus princípios.

Ultrapassando conceitos teorizantes e passando à realidade concreta referimos por último a afirmação feita à Imprensa por dirigentes do movimento sindical e que revela que a unidade é possível pois «existem mais pontos de união do que de desunião».

J. FROUFE ANDRADE

PUBLICIDADE

Porto 12/9/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO E DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE AVEIRO CONGRESSO DOS SINDICATOS

O Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro, informa que não compareceu à reunião de Sindicatos convocada pelo Secretariado da Intersindical para as 10 horas do passado dia 4 de Setembro, no Instituto Superior Técnico, porque:

- 1— Não alinha nas fantochadas do Secretariado divisionista, da dependente Intersindical, que mais uma vez procura amordaçar a unidade por que lutam todos os trabalhadores.
- 2— Repudia a composição da «Comissão Nacional Organizadora do 2.º Congresso da Inter», eleita «democraticamente» pela já conhecida e bem afinada orquestra, que não passa de uma minoria de Sindicatos deste País.
- 3— Continuará a lutar para que a unidade dos trabalhadores seja um facto concreto, uma realidade palpável e não uma laranja como pretende o Secretariado da Inter, dando assim cumprimento a um dos pontos do programa desta Direcção, que venceu por grande maioria as eleições realizadas em Março de 1976.

RECUSAMOS A CISÃO SINDICAL.
COMBATEMOS TODOS AQUELES QUE PRETENDAM INSTITUCIONALIZAR A DIVISÃO.
NINGUÉM (NEM FASCISTAS NEM O SECRETARIADO DA INTERSINDICAL) SE PODE OPOR AO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE.

Aveiro, 9 de Setembro de 1976.

A DIRECÇÃO

12 SET. 1976

EM COIMBRA E NO LUMIAR JOGA-SE O FUTURO PRÓXIMO DO SINDICALISMO PORTUGUÊS

A partir de amanhã, dois acontecimentos vão influir decisivamente na clarificação do futuro do Movimento Sindical Português, sendo possível começar a vislumbrar que homens e que grupos se constituirão como a sua vanguarda. Referimo-nos à reunião do grupo «Carta Aberta», a decorrer nas próximas segunda e terça-feiras, e o já por nós anunciado programa «Terça-feira à noite», que a Televisão vai organizar nesse dia, onde se pretende confrontar essas duas linhas — a unidade sindical (representada pelos sindicatos democráticos, agrupados em volta da «Carta Aberta») e a unicidade sindical (representada pelo Secretariado da Intersindical).

Por um lado a «Carta Aberta» parte para Coimbra com uma convocação de 90 sindicatos democráticos, sem conotações do tipo dos sindicatos filiados na Intersindical. Contrariamente, a Intersindical acelera o seu processo de consolidação ou mera conservação da hegemonia sindical, através do congresso que pretende realizar o mais breve possível, através da sua já eleita (em 4 de Setembro, no Instituto Superior Técnico) «comissão organizadora provisória», onde os sindicatos democráticos têm uma representação meramente simbólica, com recusa de posse do cargo de alguns deles.

É neste contexto que o convite para a mesa redonda da RTP tem foros de muito oportuno, na medida em que — quer se realize bilateralmente, quer se consubstancie em dois monólogos sucessivos — pois que, era justamente no domínio do amplo debate e difusão entre os trabalhadores que as duas correntes, cada uma à sua maneira, reivindicavam para si a excelência das suas razões.

Já noticiamos que a «Carta Aberta» aceitou o convite e estará em «Terça-feira à noite». Não nos foi possível, apesar dos vários contactos com a Intersindical e com a RTP, saber se a «comissão organizadora provisória» estará, também, presente no Lumiar. Afigura-se que o debate, por blocos, além de não convir à dita comissão organizadora — que assim será posta em causa — também não estará na linha das suas decisões em relação à difusão de notícias de âmbito sindical, como decidido no Instituto Superior Técnico. Porém, paralelamente, é óbvio que a RTP tomou a iniciativa de organizar este «Terça-feira à noite» após um pronunciamento da Inter, insurgindo-se contra o silêncio televisivo em relação à reunião de 4 de Setembro, no Instituto Superior Técnico.

Partindo do princípio lógico da recusa da «Comissão Organizadora Provisória» de

estar presente na Televisão, na próxima terça-feira, ainda restará o recurso de dois monólogos, cada um com a sua óptica, cada um com a sua via para a unidade de trabalhadores, mas, na realidade, cada um tendente ao poder sindical, quer para o conservar quer para o conquistar.

Simultaneamente, realiza-se em Coimbra, amanhã e depois, a reunião da «Carta Aberta», onde se fará o ponto da situação e, principalmente, se julgará da capacidade de organização dos sindicatos democráticos e da sua militância.

Resultará deste confronto, para além de outras sequelas, a evidência que não poderá mais ser desconhecida — a divisão dos trabalhadores portugueses, em dois grupos, cuja dimensão relativa ainda estará por definir.

É por isso que a Intersindical deve estar presente no Lumiar — para que ela, como os portugueses, saibam o que os portugueses, saibam o que divide os dois grupos, para saber também o que os une.

E nem que a Intersindical tenha que mudar, parcialmente, de gestão, será de manter a todo o custo a pouca unidade existente, para que não surja, criada por uns ou por outros, uma central sindical paralela.

Raul de Almeida

Riano
13/5/76

«AGRESSIVIDADE CONTRA TRABALHADORES CONTRASTA COM REVERÊNCIA PERANTE O GRANDE CAPITAL»

A Intersindical Nacional, num comunicado emitido no passado sábado, analisa, crítica e pormenorizadamente, a comunicação feita ao País pelo Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, no qual foram definidas as linhas gerais de orientação programática do Primeiro Governo Constitucional. Segundo o documento da Central S i n d i c a l Única dos trabalhadores portugueses, tal programa de governo, a ser concretizado, conduziria a um modelo de recuperação capitalista efectuada à custa das classes trabalhadoras. Por outro lado, a Intersindical manifesta também a sua preocupação pelo facto de o Primeiro-Ministro não ter feito qualquer referência às acções de sabotagem económica praticadas pelos detentores do capital, ao mesmo tempo que tenta responsabilizar os trabalhadores e as suas organizações de classe pelas deficiências existentes na estrutura económica do País.

A comunicação do Primeiro-Ministro ao País não corresponde, nem de perto nem de longe, às posições que os trabalhadores têm o direito de exigir de um Governo que tem por imperativo realizar a sua política com respeito pela Constituição, por forma a corresponder aos objectivos de democracia e da construção do socialismo". Começa por se afirmar no comunicado da Intersindical, que prossegue: "A linguagem agressiva utilizada contra os trabalhadores e as suas organizações de classe, contrasta com a reverência demonstrada perante o grande capital interno e internacional que continua a influir decisivamente nos principais aspectos da economia portuguesa.

"Nem uma palavra é utilizada contra a sabotagem económica do grande capital ou contra o boicote imperialista à jovem democracia portuguesa. Mas os trabalhadores são responsabilizados pela existência e pelas proporções da crise económica.

"O Primeiro-Ministro utiliza a linguagem da CIP e da CAP ao acusar os trabalhadores de "fúria reivindicativa", atribuindo-lhes a culpa da baixa de produtividade e do aumento do absentismo.

"Ao afirmar que a luta reivindicativa dos trabalhadores só conduziu ao agravamento das desigualdades salariais, o sr. Mário Soares procura fazer esquecer o enorme saldo positivo do 25 de Abril na melhoria generalizada das condições de vida dos trabalhadores portugueses.

"Mas só o patronato reaccionário e o grande capital interno e internacional poderão estar interessados em confundir alguns erros a que conduziu a luta reivindicativa, com a justa melhoria das condições de vida e de trabalho alcançadas após o 25 de Abril.

"Deste modo pretende o Governo justificar uma política que, a ser concretizada, agravaria fortemente a exploração política em que se destacam medidas como a liberalização dos despedimentos sem justa causa; a introdução de maiores limites à contratação colectiva; o congelamento do salário mínimo até Janeiro de 1977; a proibição de actualização de salários segundo o aumento do custo de vida; as projectadas altas de preços; o pagamento do décimo terceiro mês em títulos; o aumento de descontos para a Previdência; o agravamento dos horários de trabalho, etc."

Após referir que "os sindicatos continuarão a estar na vanguarda da luta contra as reivindicações demagógicas e irrealistas que agravam as distorções salariais herdadas do regime dos monopólios e provocam a divisão dos trabalhadores", a Intersindical sublinha, no entanto, que "não cederão um passo na luta contra a exploração, opondo-se decisivamente a todas as medidas que o Governo projecta para retirar aos trabalhadores as suas conquistas económicas e sociais".

«CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO APRESENTADAS COMO UM MAL»

"Nem uma palavra é utilizada para enaltecer as grandes conquistas históricas da Revolução Portuguesa", salienta a Intersindical no seu documento de análise ao programa de governo esboçado pelo Primeiro-Ministro, para, em seguida, afirmar: "As liberdades democráticas; os direitos dos trabalhadores; as nacionalizações; o controlo e gestão operários; a Reforma

Agrária; elas são apresentadas como um mal. A grandes conquistas do Povo português - e não ao regime assente na dominação dos monopólios e latifundiários - atribui o Primeiro-Ministro as razões fundamentais da crise económica.

"Os trabalhadores assistiram, envergonhados ao espectáculo de um Primeiro-Ministro de um Governo Constitucional português, apresentar desculpas pelas grandes conquistas alcançadas desde o 25 de Abril, aos piores opressores e exploradores de sempre do nosso povo: ao capital e à reacção.

"Com tal diagnóstico da crise, os remédios não poderiam ser diferentes dos indicados pelo Primeiro-Ministro. Trata-se claramente de fazer pagar aos trabalhadores e às massas populares a crise económica que não provocaram.

"O projecto relativo ao pagamento do 13.º mês em títulos do Tesouro, é o exemplo acabado de uma política que pretende basear-se no sacrifício dos trabalhadores para resolver problemas que só os capitalistas criaram. Na verdade, o Governo mantém os seus propósitos de indemnizar, à custa do nosso povo, os grandes monopólios e latifundiários expropriados.

"Para conseguir a sua política, o Governo necessitaria de recorrer à repressão sobre os trabalhadores. Assistimos com preocupação a ameaças claras de utilização das forças policiais contra as lutas dos trabalhadores, e de restringir fortemente as liberdades democráticas e sindicais, não hesitando o Go-

verno perante a necessidade, em que tal política o colocaria, de violar a Constituição".

MANTER E REFORÇAR A UNIDADE SINDICAL

Classificando, a seguir, o discurso do Primeiro-Ministro como "um programa acabado de recuperação capitalista à custa dos trabalhadores", o comunicado da Intersindical Nacional destaca a coincidência entre as afirmações do dr. Mário Soares "uma das mais fortes ofensivas contra a unidade dos trabalhadores e do movimento sindical português". A este propósito, lê-se no referido documento:

"Só a divisão dos trabalhadores perante os seus inimigos de classe, só a fragmentação do poderoso movimento sindical unitário tornaria possível que um tal programa fosse posto em prática. Este discurso e as ameaças que ele encerra servirão certamente de aviso muito sério a todos os responsáveis sindicais que não tenham, até agora, dado combate firme ao divisionismo no movimento sindical, e contribuirão seguramente para a mobilização dos trabalhadores em defesa da unidade.

"Unidade que será mantida e reforçada, apesar da ingerência do Estado nos sindicatos, que o Primeiro-Ministro ameaça ao anunciar modificações de fundo na Lei Sindical, sem consultar os trabalhadores e com desrespeito

pela vontade manifestada por estes.

"Não é com discursos deste teor que o Governo conseguirá obter a confiança dos trabalhadores e a sua mobilização entusiástica e indispensável nas grandes tarefas de reconstrução nacional.

"A política anunciada reforçará, certamente, as forças reaccionárias, os patrões da CIP e da CAP, que pretendem aniquilar completamente o regime democrático consagrado na Constituição".

O comunicado termina afirmando: "A Intersindical Nacional - Central Sindical Única dos Trabalhadores Portugueses - manifesta a mais profunda preocupação perante uma política que se pretende levar a cabo sem a participação dos trabalhadores e contra os seus interesses e direitos fundamentais.

"A Intersindical Nacional afirma estar pronta a discutir com o Governo as grandes medidas de política económica e social que dêem realização à Constituição e às mais caras aspirações dos trabalhadores e do nosso povo: Mas essa política não é, nem pode ser, anunciada pelo Primeiro-Ministro que dá satisfação servil às exigências do grande capital e visa, apenas, obter a sua confiança.

"Face ao discurso do Primeiro-Ministro, os trabalhadores portugueses continuarão sem desfaleci-

mentos a sua luta pela defesa dos direitos consagrados na Constituição e por todas as conquistas mais importantes da revolução.

"A Intersindical Nacional estará sempre na vanguarda dos trabalhadores no combate cada dia mais difícil, por um regime democrático a caminho do socialismo".

SINDICATOS DA «CARTA ABERTA» EM COIMBRA

COIMBRA — Está marcada para hoje e amanhã, nesta cidade mais uma reunião de representantes dos sindicatos afectos à comissão de redacção do documento conhecido por «Carta Aberta».

Durante aquele encontro, que decorrerá nas instalações da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, será debatida, segundo informa a agência Anop, «a resposta a dar ao Secretariado da Intersindical, a propósito da organização do próximo Congresso dos Sindicatos».

Intersindical critica discurso de Mário Soares

D. Not
13/5/76

A comunicação ao País do primeiro-ministro, Mário Soares, constitui o tema de uma nota da Intersindical, em que se afirma que tal comunicação «não corresponde, nem de perto nem longe, às posições que os trabalhadores têm o direito de exigir de um Governo que tem por imperativo realizar a sua política com respeito pela Constituição, por forma a corresponder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo».

Criticando, sobretudo, aquilo que classifica de «linguagem agressiva utilizada contra os trabalhadores», bem como «a reverência demonstrada perante o grande capital interno e internacional» a Intersindical insurge-se contra algumas medidas de austeridade anunciadas pelo primeiro-ministro e declara que «os sindicatos continuarão a estar na vanguarda da luta contra as reivindicações demagógicas e irrealistas, contra as reivindicações que agravam as distorções salariais herdadas do regime dos monopólios e provocam a divisão dos trabalhadores, mas não cederão um passo na luta contra a exploração, opondo-se decisivamente a todas as medidas que o Governo projecta para retirar aos trabalhadores as suas conquistas económicas e sociais».

Mais adiante, o comunicado considera ainda que «não é com discursos deste teor que o Governo conseguirá obter a confiança dos trabalhadores e a sua mobilização entusiástica e indispensável nas grandes tarefas de reconstrução nacional».

A política anunciada — acrescenta — reforçará certamente as forças reaccionárias, os patrões da C.I.P. e da C.A.P., que pretendem aniquilar completamente o regime democrático consagrado na Constituição».

Já na parte final desta nota sobre a comunicação de Mário Soares:

«A Intersindical Nacional afirma estar pronta a discutir com o Governo as grandes medidas de política económica e social que dêem realização à Constituição e às mais caras aspirações dos trabalhadores e do nosso povo: mas essa política não é, nem pode ser, anunciada pelo primeiro-ministro que dá satisfação às exigências do grande capital e visa, apenas, obter a sua confiança.»

Entretanto, o discurso do primeiro-ministro — foi igualmente apreciado numa reunião geral de sócios do Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações — Zona Sul, tendo sido aprovada por maioria uma moção em que se repudiam nomeadamente, «os ataques ao movimento sindical, que mais não visam que dividir os trabalhadores para melhor servir os interesses do capital, e ainda «as medidas que visam tirar regalias aos trabalhadores sem ouvir os seus organismos de classe».

P. P. D.: «Discurso positivo e corajoso»

Por seu turno, o P. P. D. ao apreciar o discurso do primeiro-ministro, salienta o facto de, com clareza, ter sido chamada a atenção de todos os portugueses para a gravidade duma situação económica e financeira que obriga a medidas de austeridade e,

em particular, ao trabalho de todos para que a reconstrução nacional seja possível. Como nota importante da comunicação, o P. P. D. destaca a «afirmação do princípio da autoridade democrática e da intenção que o Governo tem de governar».

Apesar destes elogios, muitas medidas anunciadas são consideradas pelo P.P.D. «parcelares ou de eficácia ou justiça relativa ou duvidosas. Um exemplo deste tipo de medidas é a subida do preço dos transportes: se preciso — diz o comunicado — reestruturar o sector e fornecer à população transportes capazes, e até com a segurança a que a população tem direito e que, vários e recentes acidentes, revelam não existir».

Em relação aos aspectos económicos, o P.P.D. pergunta:

«Quem pagará a crise? Foi dito que os salários não podem subir mais que determinada percentagem. O que pretende e garante o Governo quanto à inflação? Ou, por outras palavras, poderão os trabalhadores contar com um aumento real dos seus salários ou rendimentos, em especial, aqueles que, como os rurais, os reformados e os funcionários, têm sido os esquecidos da Revolução?»

A terminar, o comunicado reafirma que «mau grado as falhas apontadas, o discurso do primeiro-ministro é positivo e corajoso».

Entretanto, nos Açores, o presidente do Governo Regional, Mota Amaral, confirma, numa entrevista ao «Correio dos Açores», os elogios à comunicação de Mário Soares feitos pelo P.P.D., partido a que pertence. «Era um discurso que se impunha, afirmou Mota Amaral, pois que, de facto, o nosso país encontra-se em gravíssima situação económica e quanto mais depressa tomar consciência disso, mais facilmente poderemos caminhar para uma solução rápida».

Intersindical

C.P. de L.
13/5/76

critica discurso de Mário Soares

Relativamente à recente comunicação apresentada ao país pelo Primeiro-Ministro, a Intersindical Nacional tomou posição através de um comunicado, do qual a seguir, apresentamos as principais passagens:

«A comunicação do Primeiro-Ministro ao país, não corresponde, nem de perto nem de longe, às posições que os trabalhadores têm o direito de exigir de um Governo que tem por imperativo realizar a sua política «com respeito pela Constituição, por forma a responder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo».

A linguagem agressiva utilizada contra os trabalhadores e as suas organizações de classe, contrasta com a reverência demonstrada perante o grande capital interno e internacional que continua a influir decisivamente nos principais aspectos da economia portuguesa.

Nem uma palavra é utilizada contra a sabotagem económica do grande capital ou contra o boicote imperialista à Jovem democracia portuguesa. Mas os trabalhadores são responsabilizados pela existência e pelas proporções da crise económica.

O Primeiro-Ministro utiliza a linguagem da CIP e da CAP a acusar os trabalhadores da «fúria reivindicativa», atribuindo-lhes a culpa da baixa produtividade e do aumento do absentismo.

Ao afirmar que a luta reivindicativa dos trabalhadores só conduziu ao agravamento das desigualdades salariais, o sr. Mário Soares procura fazer esquecer o enorme saldo positivo do 25 de Abril na melhoria generalizada das condições de vida dos trabalhadores portugueses.

Mas só o patronato reacção e o grande capital interno e internacional poderão estar interessados em confundir alguns erros a que conduziu a luta reivindicativa, com a justa melhoria de condições de vida e de trabalho alcançadas após o 25 de Abril.

Deste modo pretende o Governo justificar uma política que, a ser concretizada, agravaria fortemente a exploração política em que se destacam medidas como a liberalização dos despedimentos sem justa causa, a introdução de maiores limites à contratação colectiva, o congelamento do salário mínimo até Janeiro de 1977, a proibição de actualização de custo de vida, as projectadas altas de preços, o pagamento do décimo terceiro mês em títulos, o aumento de descontos para a Previdência, o agravamento dos horários de trabalho, etc.

Os sindicatos continuarão a estar na vanguarda da luta contra as reivindicações demagógicas e irrealistas, contra as reivindicações que agravam as distorções salariais herdadas do regime dos monopólios e provocam a divisão dos trabalhadores.

Mas não cederão um passo na luta contra a exploração, opondo-se decisivamente a todas as medidas que o Governo projecta para retirar aos trabalhadores as suas conquistas económicas e sociais».

E, mais adiante, o comunicado diz:

«Com tal «diagnóstico» da crise, os «remédios» não podiam e não poderiam ser diferentes dos indicados pelo Primeiro-Ministro. Trata-se claramente de fazer pagar aos trabalhadores e às massas populares a crise económica que não provocaram.

O projecto relativo ao pagamento do 13.º mês, em títulos do tesouro, é o exemplo

acabado de uma política que pretende basear-se no sacrifício dos trabalhadores para resolver problemas que só os capitalistas criaram. Na verdade, o Governo mantém os seus propósitos de indemnizar à custa do nosso povo, os grandes monopólios e latifundiários expropriados».

Depois de referir que o Governo necessitaria de recorrer à repressão sobre os trabalhadores o comunicado diz ainda:

«O discurso do Primeiro-Ministro — programa acabado de recuperação capitalista à custa dos trabalhadores — é feito num momento em que se assiste a uma das mais fortes ofensivas contra a unidade dos trabalhadores e do movimento sindical português.

Só a divisão dos trabalhadores perante os seus inimigos de classe, só a fragmentação do poderoso movimento sindical unitário tornaria possível que um tal programa fosse posto em prática».

Referindo o discurso como um aviso que poderia atingir os divisionistas dos trabalhadores, o comunicado termina, afirmando:

«Unidade que será mantida e reforçada, apesar da ingerência do Estado nos Sindicatos, que o Primeiro-Ministro ameaça ao anunciar modificações de fundo na lei sindical, sem consultar os trabalhadores e com o desrespeito pela vontade manifestada por estes.

Não é com discursos deste teor que o Governo conseguirá obter a confiança dos trabalhadores e a sua mobilização entusiástica e indispensável nas grandes tarefas de reconstrução nacional.

A política anunciada reforçará certamente as forças reacçãoárias, os patrões da CIP e da CAP, que pretendem aniquilar completamente o regime democrático consagrado na Constituição.

A Intersindical Nacional — Central Sindical Única dos Trabalhadores Portugueses — manifesta a mais profunda preocupação perante uma política que se pretende levar a cabo sem a participação dos trabalhadores e contra os seus interesses e direitos fundamentais.

A Intersindical Nacional afirma estar pronta a discutir com o Governo as grandes medidas de política económica e social que dêem realização à

Constituição e às mais caras aspirações dos trabalhadores e do nosso povo: mas essa política não é, nem pode ser, anunciada pelo Primeiro-Ministro que dá satisfação servir às exigências do grande capital e visa, apenas, obter a sua confiança.

Faça ao discurso do Primeiro-Ministro, os trabalhadores portugueses continuarão sem desfalecimentos a sua luta pela defesa, dos direitos consagrados na Constituição e por todas as conquistas mais importantes da revolução.

A Intersindical Nacional estará sempre na vanguarda dos trabalhadores no combate cada dia mais difícil, por um regime democrático a caminho do socialismo».

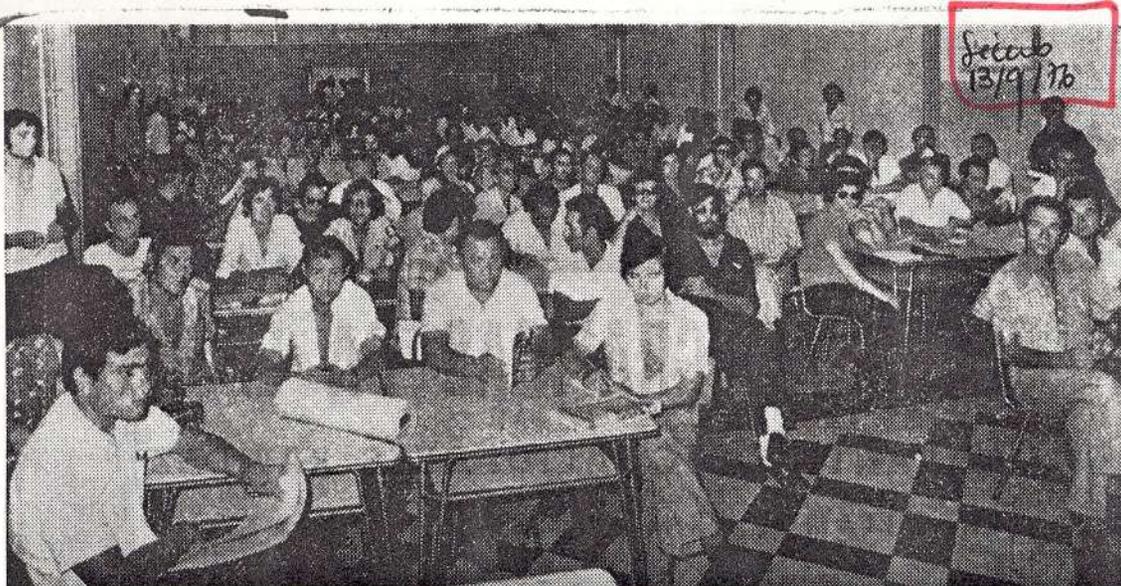


Foto Júlio Pimentel

Metalúrgicos ratificam apoio

Os delegados sindicais metalúrgicos reuniram-se em plenário geral e ratificaram as decisões referentes ao Congresso dos Sindicatos aprovadas na reunião do Instituto Superior Técnico. Consideraram que a realização do congresso de todos os sindicatos «para reforço da unidade dos trabalhadores e para reestruturação da Intersindical» será a garantia «da defesa das conquistas alcançadas para a consolidação da democracia e a transição para o socialismo». Os presentes ao plenário guardaram um minuto de silêncio em memória de Luis Figueroa, dirigente da Central Sindical Chilena e dos dois metalúrgicos mortos recentemente na Setenave. A Imprensa não pôde assistir à reunião

Congresso dos Sindicatos

«Carta aberta» e CNOPC reunidas em Faro

* Inter expulsa imprensa

Decorreu em Faro uma reunião entre representantes sindicais afectos às lutas da «Carta Aberta» e da Inter/CNOPC (Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos). O primeiro ponto da agenda — admissão ou não da imprensa aos debates — demorou três horas a discutir. Resultado: por 10 votos contra 5 os representantes dos órgãos de informação foram expulsos dos trabalhos, impedindo-se, assim e uma vez mais, que os trabalhadores tenham conhecimento do que as cúpulas decidem, discutem, sugerem.

Esta decisão foi fortemente contestada pelos representantes dos sindicatos democráticos, que denunciaram a CNOPC e a Inter, pelos seus dirigentes não terem sido eleitos democraticamente, acusando-os de sectarismo.

Entretanto, os delegados sindicais metalúrgicos de Lisboa reuniram-se em plenário geral, ratificando as decisões referentes ao anunciado Congresso dos Sindicatos, aprovadas na recente reunião promovida pela Inter no Instituto Superior Técnico. Curiosa «coincidência»: a Imprensa foi «ampliamente» proibida de assistir aos trabalhos.

ASSEMBLEIA DOS TÊXTEIS DEFENDE UNIDADE

A Assembleia do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, que se realizou no sábado no Instituto Superior Técnico, analisou a preparação do Congresso dos Sin-

dicatos, tendo-se pronunciado «pela defesa intransigente da unidade de todos os trabalhadores e pela reestruturação da central sindical única — a Intersindical Única».

Os cerca de 300 trabalhadores presentes na assembleia entenderam ainda que «no Congresso devem estar presentes todos os sindicatos, excepto os paralelos, e que tudo o que diga respeito ao Congresso, incluindo todas as divergências, seja amplamente discutido em reuniões de fábricas, empresas e assembleias gerais e que a vontade dos trabalhadores seja respeitada». Foi decidido, por outro lado, que para as próximas R.G.T. deverão ser convidados sindicalistas representando as várias correntes existentes no seio do movimento sindical.

Um outro ponto da ordem de trabalhos relacionava-se com a contratação colectiva, tendo os dirigentes sindicais dado conta da recusa do patronato em sentar-se em conjunto à mesa das negociações.

Entretanto está programado para o próximo domingo, em Aveiro, um convívio dos trabalhadores têxteis de todo o País.

OURIVES APRESENTAM PROJECTO DE REGULAMENTO

O Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul apresentou um projecto de regulamento para o Congresso Democrático de todos os sindicatos portugueses. É este o quarto

projecto de regulamento que é tornado público, sendo os restantes da autoria do Secretariado da Intersindical, da Federação dos Têxteis e do Sindicato dos Rodoviários de Setúbal.

Numa próxima edição apresentaremos os pontos mais salientes do projecto dos Ourives, sindicato que, embora participante nas reuniões de Coimbra, representa uma corrente específica do movimento sindical, à semelhança, aliás, do que acontece com os autores dos outros projectos.

REUNIÃO DOS BANCÁRIOS

O Congresso dos Sindicatos é um dos pontos da ordem de trabalhos da reunião das comissões sindicais de delegados de Lisboa do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que se realiza no próximo dia 15, pelas 9 horas. A reunião, que decorrerá na sede do respectivo sindicato, analisará ainda o crédito à habitação e a reestruturação da banca, propósito dos trabalhos prepara-

LCI DEFENDE A PARIDADE

Num comunicado emitido a propósito dos trabalhos preparatórios do Congresso dos Sindicatos, a Liga Comunista Internacionalista afirma «que devem integrar a comissão organizadora os representantes de todas as correntes de opinião com um mínimo de representatividade no seio do movimento sindical e sem qualquer tipo de hegemonia por parte de uma corrente determinada».

Luto
13/9/76

13 SET. 1976

Sindicatos reúnem-se no Algarve

«A Intersindical está disposta a seguir uma política sectária»

• A Imprensa foi expulsa da sessão

FARO — A organização do Congresso dos Sindicatos continua a dar que falar, pelo menos no Algarve. Efectivamente, segundo três dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, Silva Dias, Carlos Alberto e Cabrita Neves, «chegámos à conclusão que a Intersindical está disposta a seguir a sua política sindical sectária e que, portanto, não está na disposição de dar qualquer abertura, seja a quem for. Enquanto isso, os outros sindicatos vão continuar o trabalho no sentido de esclarecer os trabalhadores de todo o País acerca do que se pretende com este sindicato».

Esclarecendo a sua posição sobre a Intersindical, aqueles dirigentes acrescentaram: «A Central Sindical Única não está em jogo; o que está em jogo é o seu secretariado e a forma como está a funcionar.»

Estas declarações foram tomadas no final de uma reunião, que decorreu naquele sindicato, em Faro, e em que estiveram presentes 15 sindicatos, cinco dos quais afectos à «Carta Aberta».

Os organismos promotores da reunião, sindicatos da hotelaria, escritórios, construção civil e panificação não haviam convidado a CNOPC (Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso), que não conhecem, mas a União dos Sindicatos do Distrito de Faro deu conhecimento da reunião, o que fez com que a CNOPC comparecesse e estivesse presente como observadora numa maratónica discussão que, logo de entrada, levou à expulsão da Imprensa, após votação em que ganharam os afectos à Intersindical. A não participação da Imprensa, que segundo os diri-

gentes da hotelaria de Faro é um dos pontos do programa do congresso, mereceu-lhes este comentário: «Nós consideramos que isto é um atentado à democracia, porque o congresso deve ser feito à vista de tudo e de todos e porque os jornais têm um grande papel a desempenhar ao mandar as informações cá para fora.»

Estes dirigentes sindicais não reconhecem a CNOPC, porque, segundo eles, «ela foi nomeada nas nossas costas por uma mi-

norria de sindicatos e pretende boicotar as reuniões para que os sindicatos democráticos não cheguem a conclusões para eles conseguirem manipular e levar a água ao seu moinho».

Para já, os sindicatos algarvios propõem-se levar a efeito uma série de sessões de esclarecimento, nos próprios locais de trabalho, através de uma comissão a eleger dentro de breves dias, no decorrer da reunião da União de Sindicatos do Distrito de Faro.

TÊXTEIS PELA DEFESA INTRANSIGENTE DA UNIDADE SINDICAL

Recibo
13/9/76

Trezentos trabalhadores têxteis reunidos no sábado passado, no Instituto Superior Técnico, para debaterem questões sindicais, resolveram que no Congresso dos Sindicatos «devem estar presentes todos os sindicatos, excepto os paralelos».

Pronunciando-se ainda pela «defesa intransigente da unidade de todos os trabalhadores e pela reestruturação da Central Sindical Única — a Intersindical Nacional», os trabalhadores têxteis decidiram que «tudo o que diga respeito ao Congresso, incluindo todas as divergências, seja amplamente discutido em reuniões de fábricas, empresas e assembleia gerais e que a vontade dos trabalhadores seja respeitada». Nesse sentido foi sugerida a participação de sindicalistas representando as várias correntes existentes no seio do movimento sindical, nas futuras reuniões gerais de trabalhadores (RGT).

Durante o encontro do IST, foi igualmente abordada a posição do patronato face às negociações de «um novo contrato colectivo unificado do sector que irá beneficiar os 280 mil trabalhadores têxteis, dos lanifícios, vestuários, cordoaria e tapeteiros». Segundo as informações prestadas, «neste momento, os patrões não se querem sentar todos juntos à «mesa das negociações», tendo a respectiva associação apresentado uma contraproposta onde se prevêem os mesmos vencimentos do contrato anterior e o corte de algumas regalias».

No decorrer da reunião do IST foram aprovadas, por unanimidade, duas moções, sendo uma de «solidariedade para com a luta do povo chileno» e outra enviada ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução, em que é exigido «o desmantelamento da rede terrorista até às últimas consequências, doa a quem doer».

AMANHÃ À NOITE

DIAZ LISBOA
13/9/1976

Debate televisivo sobre o Congresso sindical

—Intersindical estará presente

Um representante da Intersindical Nacional desmentiu esta manhã que tenha havido uma recusa da parte daquele organismo, no que respeita à participação num debate televisivo, programado para amanhã à noite, e no qual também deverá estar presente um representante do grupo de sindicatos da Carta Aberta. Da parte da Central Única de Trabalhadores a representação será da responsabilidade de um elemento do Secretariado.

No entanto, não nos foi possível confirmar junto da Radiotelevisão Portuguesa, a emissão de qualquer programa na noite de terça-feira, referente a problemas sindicais. Tal facto leva a pensar que o debate será incluído na rubrica «Terça à Noite», da responsabilidade de Joaquim Letria.

A notícia da «renitência» da Intersindical em participar naquele debate tinha sido veiculada pelo «Jornal Novo», no sábado, que especulava com uma informação que lhe teria sido dada naquele organismo, de que «não tinha conhecimento de nada».

«CARTA ABERTA» DE NOVO EM COIMBRA

À hora a que o nosso jornal começa a circular terá tido início nas instalações da Facul-

dade de Letras de Coimbra uma reunião promovida pelos sindicatos da «Carta Aberta», destinada a estudar a resposta a dar às deliberações tomadas na última reunião geral de sindicatos, realizada em Lisboa no dia 4, que focou os problemas decorrentes da organização do próximo Congresso sindical.

Recorde-se que, na última reunião da «Carta Aberta» apenas estiveram presentes 35 sindicatos.

NÃO AOS SINDICATOS PARALELOS

Trabalhadores têxteis, reunidos no sábado em Lisboa para debater questões sindicais, pronunciaram-se contra a participação dos sindicatos paralelos no congresso de todos os sindicatos, e sugeriram que «tudo o que diga respeito ao Congresso, incluindo as divergências, sejam amplamente discutidas em reuniões de fábricas, empresas e assembleias gerais, e que a vontade dos trabalhadores seja respeitada».

Os operários têxteis apontaram a defesa intransigente da unidade de todos os trabalhadores e a reestruturação da central sindical única já existente (Intersindical) como ob-

jectivos do Congresso. Para as próximas reuniões gerais de trabalhadores deverão ser convidados sindicalistas representando as várias correntes existentes no seio do Movimento Sindical.

TRABALHADORES DA UTIC QUEREM ESCLARECIMENTOS

Os trabalhadores da empresa UTIC reunidos em plenário, aprovaram uma moção em que decidem que os delegados sindicais organizem um plenário durante os próximos 15 dias, tendo como ordem de trabalhos o Congresso dos Sindicatos. A decisão foi tomada por terem em consideração «a importância que tem para os trabalhadores a manutenção da unidade do movimento sindical adquirida nas duras lutas do tempo do fascismo».

De acordo com a moção aprovada, os delegados da UTIC, durante o referido prazo, deverão divulgar na empresa toda a documentação existente sobre o Congresso dos Sindicatos e exigir das Direcções Sindicais que os representam, que se façam representar no plenário, para esclarecerem a sua posição e ouvirem os trabalhadores sobre o assunto.

No plenário deverão também eshar presentsssssses representantes da Intersindical Nacional, da Comissão Organizadora Provisória, eleita na última reunião geral de sindicatos, efectuada no dia 4, no Instituto Superior Técnico; e representantes da Comissão de Redacção da «Carta Aberta». No que respeita a participação, o plenário decidiu que a Comissão de Trabalhadores deverá participar na organização da próxima reunião, para que nela esteja presente um elevado número de trabalhadores.

Os funcionários da UTIC entendem que as direcções sindicais têm o dever de vir aos locais de trabalho discutir os problemas do Congresso dos Sindicatos, uma vez que, dispersos por treze organismos sindicais, para eles descontam mensalmente, cerca de cem contos.

Na mesma moção a que nos temos referido, afirma-se que a controvérsia sobre o Congresso dos Sindicatos parece pretender «fazer esquecer os trabalhadores os problemas da negociação dos Contratos Colectivos de Trabalho, do aumento do custo de vida, dos despejos daqueles que precisam de uma casa para habitar e de outros importantes assuntos».

Considera-se, ainda, no mesmo documento, que «a polémica existente fora das estruturas do movimento sindical é aproveitada pelos inimigos dos trabalhadores, que os patrões desde há muito têm a sua central única — a CIP para os industriais e a CAP para os grandes agrários — que agora, através da intriga e da calúnia, pretendem dividir o Movimento Operário Sindical para melhor poderem continuar a exploração, aproveitando para esse trabalho os órgãos de Informação, muitos deles ao serviço dos capitalistas».

Noutra moção, os trabalhadores da UTIC exigem «o castigo devido ao fascista Spinola; o rápido julgamento dos «pides» e o regresso à prisão dos altos responsáveis dessa criminosa polícia, os quais em liberdade constituem um perigo permanente para as liberdades democráticas que pretendemos viver; que o desmantelamento das redes bombistas seja levado até às últimas consequências com o devido castigo para os seus autores e responsáveis».

"O Governo vai exigir o pagamento das dívidas à Previdência"

Falando aos jornalistas ontem no Porto, após uma visita que fez ao brigadeiro Pires Velloso, o eng. Sousa Gomes, ministro do Plano e Coordenação Económica, declarou que existe da parte do Governo um esforço «paranão tomar as medidas de austeridade excessivamente pesadas, mas tentar dimensioná-las de facto a um esforço de razoabilidade».

Referindo-se a uma possível política de racionamento de bens de consumo, Sousa Gomes afirmou que «o racionamento só será aplicado como última medida e, em princípio, em bens em que seja possível obter alternativas de consumo», precisando que, se tivermos necessidade de aplicar racionamento a alguns bens alimentares, será só naqueles que são importados e que possam ser substituídos por bens produzidos internamente.

Sobre a gasolina, revelou que o Governo ainda não se pronunciara em definitivo mas que o estudo apresentado «mostra que importa aguardar

os resultados das medidas já tomadas ao longo deste ano, nomeadamente o aumento que se verificou já em 1976, e que tornou a nossa gasolina uma das mais caras da Europa, para se poder daí partir para outras medidas, se necessário». O ministro acrescentou que «houve efectivamente alguma contenção no aumento do consumo que se vinha verificando nos últimos anos».

Abordando o plano de desenvolvimento para Trás-os-Montes, e depois de sublinhar que não são só os aumentos que interessam mas sobretudo «um novo espírito de disciplina no trabalho» de se conseguir que a produção acompanhe de facto as necessidades, que se elimine a indisciplina nas empresas e o absentismo e se consiga dar possibilidade de se cumprir prazos dos contratos, Sousa Gomes afirmou que «há a decisão inabalável de prosseguir o empreendimento do Cachão e de tornar a sua estrutura adaptada à sua viabilidade definitiva» revelan-

do ainda que há também o desejo de pôr imediatamente em funcionamento a exploração das minas de Moncorvo.

O ministro disse também que o Governo vai exigir o pagamento das dívidas à Previdência «embora propondo esquemas moderados que permitam esse pagamento, talvez em diferido, ou seja, criando condições que permitam que as entidades patronais cumpram efectivamente os seus deveres». Acrescentou que a partir deste momento o Governo «será muito severo para todas as situações que criem novos compromissos às empresas feitos à custa do não pagamento dos compromissos à Previdência».

Revelou ainda que está a ser estudado o aumento das contribuições à Previdência para aprovação a muito curto prazo visto haver um défice de doze milhões de contos, sendo portanto «incomportável a manutenção das regalias existentes».

Só por ironia

Lute 13/9/76

A Intersindical na vanguarda dos que lutam pela democracia

• Violento comunicado contra Mário Soares

«A Intersindical manifesta a mais profunda preocupação perante uma política que se pretende levar a cabo sem a participação dos trabalhadores e contra os seus interesses fundamentais. A Intersindical afirma estar pronta a discutir com o Governo as grandes medidas de política económica e social que dêem realização à Constituição e às mais caras aspirações dos trabalhadores e do Povo. Mas essa política não é, nem pode ser anunciada pelo primeiro-ministro que dá satisfação às exigências do grande capital e visa obter a sua confiança. Face ao discurso do primeiro-ministro, os trabalhadores portugueses continuarão sem desalecimentos a sua luta pela defesa dos direitos consagrados na Constituição e por todas as conquistas mais importantes da revolução. A Intersindical estará sempre na vanguarda dos trabalhadores no combate cada dia mais difícil por um regime democrático a caminho do socialismo» — escreve a Intersindical num longo comunicado de crítica ao discurso recentemente proferido por Mário Soares na televisão.

«Os sindicatos continuarão (prossegue a «Intersindical») a estar na vanguarda da luta contra as rei-

vindicações demagógicas e irrealistas, contra as reivindicações que agravam as distorções salariais herdadas do regime dos monopólios e provocam a divisão dos trabalhadores. Mas não cederão um passo na luta contra a exploração, opondo-se decisivamente a todas as medidas que o Governo projecta para retirar aos trabalhadores as suas conquistas económicas e sociais. Nem uma palavra é utilizada para enaltecer as grandes conquistas históricas da revolução portuguesa. As liberdades democráticas, os direitos dos trabalhadores, as nacionalizações, o controlo e gestão operários, a reforma agrária são apresentados como um mal. As grandes conquistas do Povo português — e não ao regime de exploração assente na dominação dos monopólios e latifundiários — atribui o primeiro-ministro as razões fundamentais da crise económica.

Os trabalhadores assistiram envergonhados ao espectáculo de um primeiro-ministro de um Governo constitucional português apresentar desculpas pelas grandes conquistas alcançadas desde o 25 de Abril, aos piores opressores e exploradores de sempre do nosso Povo: o capital e a reacção».

INTERSINDICAL CRITICA DISCURSO DE SOARES E DISPÕE-SE A DIÁLOGO COM O GOVERNO

Capital 13/9/76

A comunicação do primeiro-ministro ao País, não corresponde, nem de perto nem longe, às posições que os trabalhadores têm o direito de exigir de um Governo que tem por imperativo realizar a sua política "com respeito pela Constituição, por forma a corresponder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo", começa por afirmar-se num comunicado em que a Intersindical toma posição pública quanto ao discurso do Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, proferido a passada semana perante as câmaras da R.T.P.

E logo a seguir diz-se no comunicado:

«A linguagem agressiva utilizada contra os trabalhadores e as suas organizações de classe contrasta com a reverência demonstrada perante o grande capital interno e internacional que continua a influir decisivamente nos principais aspectos da economia portuguesa.

Nem uma palavra é utilizada contra a sabotagem económica do grande capital ou contra o boicote imperialista à jovem democracia portuguesa. Mas os trabalhadores são responsabilizados pela existência e pelas proporções da crise económica.

O primeiro-ministro utiliza a linguagem da C.I.P. e da C.A.P. ao acusar os trabalhadores de "fúria reivindicativa", atribuindo-

lhes a culpa da baixa de produtividade e do aumento do absentismo.

Ao afirmar que a luta reivindicativa dos trabalhadores só conduziu ao agravamento das desigualdades salariais, o sr. Mário Soares procura fazer esquecer o enorme saldo positivo do 25 de Abril na melhoria generalizada das condições de vida dos trabalhadores portugueses.

Mas só o patronato reaccionário e o grande capital interno e internacional poderão estar interessados em confundir alguns erros a que conduziu a luta reivindicativa, com a justa melhoria de condições de vida e de trabalho alcançadas após o 25 de Abril.»

Depois de recordar algumas medidas enunciadas pelo dr. Mário Soares e que a serem concretizadas «agravariam fortemente a exploração política», nomeadamente «a liberalização dos despedimentos sem justa causa, a introdução de maiores limites à contratação colectiva, o congelamento do salário mínimo até Janeiro de 1977, a proibição de actualização de salários segundo o aumento do custo de vida, as projectadas altas de preços, o pagamento do 13.º mês em títulos, o aumento do desconto para a Previdência, o agravamento dos horários de trabalho», a Intersindical acrescenta que «os sindicatos continuarão a estar na vanguarda da luta contra as reivindicações demagógicas e irrealistas, contra as reivindicações que agravam as distorções salariais herdadas do regime dos monopólios, provocam a divisão dos trabalhadores», avisando, no entanto, que os trabalhadores «não cederão um passo na luta contra a exploração, opondo-se decisivamente a todas as medidas que

o Governo projecta para retirar

aos trabalhadores as suas conquistas económicas e sociais».

Sublinhando que «nem uma palavra é utilizada para enaltecer as grandes conquistas históricas da revolução portuguesa» que «são apresentadas como um mal» e «após criticar particularmente o projecto relativo ao pagamento de parte do 13.º mês em títulos e de pôr em paralelo as indemnizações que o Governo vai pagar aos capitalistas e latifundiários «à custa do nosso povo», e de manifestar a sua preocupação quanto às ameaças de recurso às forças policiais e da violação à Constituição a que a política enunciada colocaria o Governo, acrescenta a Intersindical.

«O discurso do Primeiro-Ministro — programa acabado de recuperação capitalista à custa dos trabalhadores — é feito num momento em que se assiste a uma unidade dos trabalhadores e do movimento sindical portugueses.

«Só a divisão dos trabalhadores perante os seus inimigos de classe, só a fragmentação do poderoso movimento sindical unitário tornaria possível que um tal programa fosse posto em prática.

Este discurso e as ameaças que ele encerra servirão certamente de aviso muito sério a todos os responsáveis sindicais que não tenham até agora dado combate firme ao divisionismo no movimento sindical, e contribuirá seguramente para a mobilização dos trabalhadores em defesa da unidade.»

Mas a terminar diz a Inter, depois de apelar para a unidade:

«A Intersindical Nacional afirma estar pronta a discutir com o Governo as grandes medidas de política económica e social que deem realização à Constituição e às mais caras aspirações dos trabalhadores e do nosso povo: mas essa política não é, nem pode ser, anunciada pelo Primeiro-Ministro que dá satisfação servir as exigências do grande capital e visa, apenas, obter a sua confiança.

«Face ao discurso do Primeiro-Ministro os trabalhadores portugueses continuarão sem desfalecimentos, a sua luta pela defesa dos direitos consagrados na Constituição e por todas as conquistas mais importantes da Revolução.»

Inter contra o Governo

J. Novo 13/3/76

«A linguagem agressiva utilizada contra os trabalhadores e as suas organizações de classe, contrasta com a reverência demonstrada perante o grande capital interno e internacional que continua a influir nos principais aspectos da economia portuguesa» — afirma-se num comunicado da Intersindical distribuído aos órgãos de informação, sobre o discurso proferido pelo Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares.

A Intersindical considera que «o discurso do Primeiro-Ministro constitui um programa acabado de recuperação capitalista e que não será com discursos deste teor que o Governo obterá a confiança dos trabalhadores».

A Inter afirma-se, no entanto, «pronta a discutir com o governo as grandes medidas de política económica e social que dêem satisfação às aspirações do povo».

Sindicatos da «Carta Aberta» reúnem hoje em Coimbra

Efectua-se hoje e amanhã, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mais um encontro dos Sindicatos afectos à Comissão da «Carta Aberta».

No decorrer do encontro, os chamados Sindicatos «da linha democrática» irão estudar a resposta a dar ao Secretariado da Intersindical, a propósito da organização do próximo Congresso dos Sindicatos.

Inter aceitou debate na TV

J. Novo 13/9/76

• Sindicatos democráticos reunidos em Coimbra

pág. 5

A Intersindical decidiu enviar representantes seus ao debate televisivo que a RTP programou para a noite de amanhã, na sua rubrica «Terça à Noite», dirigida pelo jornalista Joaquim Letria. A notícia foi-nos confirmada pelo próprio Letria, adiantando estar a tentar que, tanto a Inter como a «Carta Aberta», enviassem apenas dois representantes, dado o curto período de tempo ocupado pelo programa (50 minutos). Só na tarde de hoje serão conhecidos os nomes dos representantes das duas tendências sindicais.

Delegados sindicais metalúrgicos analisaram o congresso

D.L. 13/9/76

A reunião geral de delegados do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa ratificou as decisões da Reunião Geral de Sindicatos do passado dia 4, tendo aprovado ainda uma moção onde, para além de um apelo à unidade dos trabalhadores, se faz a condenação das «acções divisivistas de certas forças que visam a cisão do Movimento Sindical».

Outra moção crítica a situação da RTP nomeadamente pela sua ausência na conferência de imprensa promovida pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso.

Os delegados sindicais presentes observaram ainda alguns momentos de silêncio pela morte de Luis Figueiroa, presidente da Central Única de Trabalhadores do Chile, bem como pela morte de dois camaradas da Setenave.

Têxteis

300 trabalhadores decidem em nome de 280 mil

J. Novo 13/9/1976

Trabalhadores têxteis, reunidos sábado no Instituto Superior Técnico, para debater questões sindicais, incluindo o próximo congresso dos sindicatos, pronunciaram-se «pela defesa intransigente da unidade de todos os trabalhadores e pela reestruturação da central única — a Intersindical Nacional».

Ainda neste ponto, os trabalhadores presentes «entenderam que no congresso devem estar presentes todos os Sindicatos, excepto os paralelos, e que tudo o que diga respeito ao Congresso incluindo todas as divergências sejam amplamente discuti-

das em reuniões de fábricas, empresas e assembleias gerais e que a vontade dos trabalhadores seja respeitada».

Os presentes na reunião decidiram também «que sejam convidados sindicais representando as correntes existentes no seio do movimento sindical, para participar nas futuras R. G. T.».

Esta reunião geral, que contou com a presença de cerca de trezentos trabalhadores do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, efectua-se na sequência da reunião de delegados sindicais do sector, e

teve como ordem de trabalhos, «Congresso dos Sindicatos, Contratação Colectiva e convívio dos trabalhadores têxteis».

No ponto relativo à contratação colectiva, a direcção do sindicato deu informações acerca da posição do patronato face às negociações de um novo Contrato Colectivo Unificado do sector, que irá beneficiar os 280000 trabalhadores têxteis, dos lanifícios, vestuários, cordoaria e tapetários.

«Neste momento, informaram, os patrões não se querem sentar todos juntos à mesa das negociações». En-

tretanto a Associação dos Têxteis, apresentou uma contraproposta onde se prevêem os mesmos vencimentos do contrato anterior e o corte de algumas regalias.

No decorrer da reunião, foram aprovadas por unanimidade duas moções: uma, de «solidariedade com a luta do Povo Chileno contra a ditadura fascista de Pinochet» e outra, a enviar ao Conselho da Revolução e ao Presidente da República, na qual é exigido o «desmantelamento da rede terrorista até às últimas consequências, doa a quem doer».

P. Popular 13/9/1976

PLENÁRIO DOS TÊXTEIS EXIGE «RESPEITO PELA VONTADE DOS TRABALHADORES»

P. Popular 13/9/76

Cerca de trezentos trabalhadores têxteis, reunidos no sábado passado nas instalações do Instituto Superior Técnico, analisaram as questões relativas à preparação e realização do próximo Congresso dos Sindicatos, pronunciando-se «pela defesa intransigente da unidade de todos os trabalhadores e pela reestruturação da central sindical única — a Intersindical Nacional».

Segundo informa a Anop, os trabalhadores presentes entenderam que «no congresso devem estar presentes todos os sindicatos, excepto os paralelos e que tudo o que diga respeito ao congresso, incluindo todas as divergências seja amplamente discutido em reuniões de fábricas, empresas e assembleias gerais e que a vontade dos trabalhadores seja respeitada».

Os operários têxteis decidiram também «que sejam convidados sindicalistas representantes das várias correntes existentes no seio do Movimento Sindical, para participar nas futuras Reuniões Gerais de Trabalhadores».

Esta reunião, convocada na sequência da assembleia de delegados do sector a que nos referimos na nossa edição de quinta-feira passada, contemplou ainda a posição do patronato em relação às negociações de «um novo contrato colectivo unificado do sector, que irá beneficiar os 280 mil trabalhadores têxteis, dos lanifícios, vestuários, cordoaria e tapeteiros». A este respeito, a assembleia foi informada do que «neste momento, os patrões não se querem sentar todos juntos à mesa das negociações», tendo a Associação patronal

apresentado uma contraproposta, apontando para os mesmos vencimentos do contrato anterior, e, ainda, para o corte de algumas regalias. Foram, também, prestadas informações sobre o Convívio dos Trabalhadores Têxteis de todo o País, que se vai realizar em Aveiro, no próximo domingo.

No decurso da reunião, foram aprovadas por unanimidade duas moções: uma, de «solidariedade com a luta do povo chileno contra a ditadura fascista de Pinoche»; e outra a enviar ao Conselho da Revolução e ao Presidente da República, na qual é exigido o «desmantelamento da rede terrorista até às últimas consequências, doa a quem doer».

TRABALHADORES DA UTIC: «QUE A VOZ DOS TRABALHADORES SEJA OUVIDA»

Entretanto, o pessoal da UTIC também se reuniu em plenário, neste fim de semana, para debate do problema que constitui, sem dúvida, a maior preocupação, neste momento, dos trabalhadores portugueses: o Congresso dos Sindicatos.

Os trabalhadores daquela empresa, considerando que se distribuem por 13 sindicatos, «para onde pagam mensalmente cerca de cem contos», e que «a polémica existente fora das estruturas do Movimento Sindical é aproveitada pelos inimigos dos trabalhadores», deliberaram:

«Que os delegados sindicais da UTIC organizem um plenário, nos próximos quinze dias, e que a ordem de trabalhos seja o Congresso dos Sindicatos, que no de-

correr deste período os delegados sindicais divulguem na UTIC toda a documentação existente sobre o congresso; que os delegados sindicais exijam das suas direcções sindicais que se façam representar neste plenário, para esclarecerem a sua posição e ouvirem os trabalhadores sobre o assunto; que, igualmente, sejam convidados a estarem presentes representantes do secretariado da Intersindical Nacional, da comissão organizadora provisória (eleita na última reunião geral de sindicatos, realizada no dia 4-9-76) e representantes da comissão de redacção da «Carta Aberta»; que a comissão de trabalhadores colabore na realização deste plenário, para que ele venha a ter uma grande participação dos trabalhadores da UTIC e para que a voz destes seja também ouvida sobre tão importante assunto».

O plenário dos trabalhadores da UTIC aprovou ainda, por aclamação, uma moção exigindo:

«O castigo devido ao fascista Spínola; o rápido julgamento dos pides e o regresso à prisão dos altos responsáveis dessa criminoso polícia, os quais em liberdade constituem um perigo permanente para as liberdades democráticas que pretendemos preservar; que o desmantelamento das redes bombistas seja levado às últimas consequências com o devido castigo para os seus autores e responsáveis.»

«CARTA ABERTA» DE NOVO EM COIMBRA

COIMBRA — Não reunirá de novo, nesta cidade, agora na Faculdade de Letras, os sindicatos que apoiam a comissão que elaborou a chamada «Carta Aberta», que estudarão a posição a tomar relativamente a alguns aspectos que consideram antidemocráticos por parte da Intersindical.

Assim, entre estes assuntos, será ventilado o problema da Inter ter promovido isoladamente reuniões distritais e a Reunião Geral de Sindicatos no I. S. T.

Desta forma, e como é do conhecimento geral, debatem-se duas forças: Uma que se considera «Sindicatos Democráticos», bate-se pela paridade e representatividade na comissão organizadora de um próximo «Congresso de Todos os Sindicatos Para a Unidade»; do outro lado, os Sindicatos afectos à linha da Intersindical, que numa das últimas reuniões, fundamentaram a rejeição do citado «princípio da paridade».

Por tudo que envolve este diferendo, a reunião dos Sindicatos da «Carta Aberta», a decorrer hoje e amanhã nesta cidade, está a despertar certa expectativa.

CONGRESSO EM DEBATE AMANHÃ, NA TELEVISÃO

Contrariamente ao que noticiaram o «Jornal Novo» e «O Século», a Intersindical Nacional aceitou o convite da RTP, para um debate televisivo, a apresentar amanhã à noite, em princípio, sobre o Congresso dos Sindicatos.

Segundo informações recebidas junto do Serviço de Programas da Radiotelevisão — donde obtivemos o desmentido das notícias dos dois citados jornais — participarão dois elementos do secretariado da Inter, e dois da Comissão de Redacção da «Carta Aberta».



Plenário de trabalhadores dos têxteis do Sul: defesa da unidade e reestruturação da central sindical única

(Foto «D. N.» — António Aguiar)

Congresso dos Sindicatos

DMat-13/9/76

Trabalhadores têxteis defendem unidade e reestruturação da Inter

O próximo Congresso dos Sindicatos continua a ser tema de debates nas reuniões de trabalhadores e de dirigentes sindicais.

Reunidos em plenário no último sábado, no Instituto Superior Técnico, os trabalhadores têxteis do Sul pronunciaram-se «pela defesa intransigente da unidade de todos os trabalhadores e pela reestruturação da central sindical única — a Intersindical Nacional».

segundo informa a Anop, os trabalhadores presentes entenderam que «no congresso devem estar presentes todos os sindicatos, excepto os paralelos e que tudo o que diga respeito ao congresso, incluindo todas as divergências seja amplamente discutido em reuniões de fábricas, empresas e assembleias gerais e que a vontade dos trabalhadores seja respeitada».

Os presentes na reunião decidiram também «que sejam convidados sindicalistas representando as várias correntes existentes no seio do movimento sindical, para participar nas futuras R.G.T.»

Esta reunião geral, que contou com a presença de cerca de trezentos trabalhadores do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, efectuou-se na sequência da reunião de delegados sindicais do sector e teve a seguinte ordem de trabalhos:

«Congresso dos Sindicatos, contratação colectiva e convívio dos trabalhadores têxteis».

No ponto relativo à contratação colectiva, a direcção do Sindicato deu informações acerca da posição do patronato face às negociações de um novo contrato colectivo unificado do sector que irá beneficiar os 280 000 trabalhadores têxteis dos lanifícios, vestuário, cordoaria e tapeteiros.

«Neste momento, informaram, os patrões não se querem sentar todos juntos, à mesa das negociações». Entretanto, a Associação dos Têxteis, apresentou uma contraproposta onde se prevê os mesmos vencimentos do contrato

anterior e o corte de algumas regalias.

No decorrer da reunião, foram aprovadas por unanimidade duas moções: uma, de «solidariedade com a luta do povo chileno contra a ditadura fascista de Pinochet; e outra a enviar ao Conselho da Revolução e ao Presidente da República na qual é exigido o «desmantelamento da rede terrorista até às últimas consequências, doa a quem doer».

Sindicatos da «Carta Aberta» reúnem-se em Coimbra

Entretanto, os sindicatos afectados à comissão de redacção da «Carta Aberta» reúnem-se hoje, e amanhã em Coimbra.

O encontro, que se realiza na Faculdade de Letras, tem por objectivo estudar a resposta daquela corrente sindical às propostas do secretariado da Inter, no que se refere à organização do Congresso dos Sindicatos.

Em recente reunião de mais de uma centena de sindicatos de diferentes tendências, promovida pelo secretariado da central sindical foi decidida a criação de uma comissão organizadora provisória do Congresso, em que têm assento diversos sindicatos pertencentes à linha da «Carta Aberta», designação do grupo de sindicatos que hoje se reúnem em Coimbra.

Nessa reunião sindical foi também rejeitado o princípio da paridade e representatividade defendido pelos signatários da «Carta Aberta».

L. C. I. defende paridade

A L. C. I. tomou posição sobre as questões levantadas pela realização do Congresso dos Sindicatos, defendendo o princípio da paridade na constituição da comissão organizadora.

Num comunicado distribuído a este propósito, a Liga Comunista Internacionalista afirma que «deverá integrar a comissão organizadora os representantes de todas as correntes de opinião com um mínimo de representatividade no seio do movimento sindical e sem qualquer tipo de hegemonia por parte de uma corrente determinada.»

A propósito do secretariado da Inter é considerada «um golpe burocrático para hegemonzar a condução dos trabalhos preparatórios do Congresso».

A L. C. I. critica também os sindicatos signatários da «carta Aberta», cuja «Posição ultimativista» (...) «mal não faz do que permitir o adiamento do congresso não contribui para o esclarecimento completo de todos os trabalhadores e encoraja toda a demagogia burguesa favorável à divisão dos trabalhadores e à cisão sindical.»

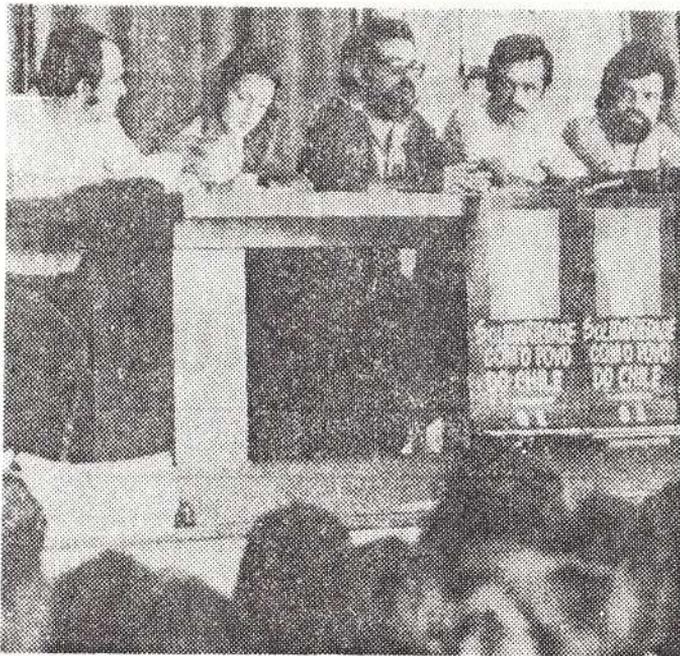


Foto Raul Santos

Mesa que presidiu à assembleia do Sindicato dos Têxteis

Intersindical Século
13/7/76
**rejeita o debate
televisivo?**

De acordo com uma informação divulgada pelo «Jornal Novo», de sábado, a Intersindical ter-se-ia recusado a participar num debate que a RTP pretende realizar, na terça-feira, com os sindicatos da «Carta Aberta».

A mesma fonte refere que os outros sindicatos estariam prontos para o encontro, mas a Inter ter-se-ia mostrado desinteressada do mesmo, afirmando não ter conhecimento oficial de tal debate.

Entretanto, O SECULO não conseguiu confirmar esta notícia, na medida em que da Radiotelevisão Portuguesa nos informaram «nada sabem», e por nas instalações da Intersindical não se encontrar ninguém.

Defende o Sindicato dos Têxteis

Unidade dos trabalhadores e reestruturação da Inter

No domingo vai realizar-se, em Aveiro, um convívio dos trabalhadores têxteis de todo o País. A preparação deste convívio foi um dos objectivos de uma assembleia geral do Sindicato dos Têxteis de Lisboa, levada a efeito no passado sábado, no Instituto Superior Técnico.

Igualmente, nesta assembleia geral, foram discutidas as últimas conclusões da assembleia de sindicatos.

Um dirigente sindical têxtil opinou que é intenção da direc-

ção promover amplas reuniões de esclarecimento acerca do Congresso dos Sindicatos, onde «todas as opiniões divergentes possam expressar-se».

Trabalhadores têxteis pronunciaram-se «pela defesa intransigente da unidade de todos os trabalhadores e pela reestruturação da Central Sindical Única — a Intersindical Nacional».

Ainda neste ponto, «entendem que no Congresso devem estar presentes todos os sindicatos, excepto os paralelos e que tudo o que diga respeito ao congresso, incluindo todas as divergências, sejam amplamente discutidas em reuniões de fábricas, empresas e assembleias gerais e que a vontade dos trabalhadores seja respeitada».

Os presentes na reunião decidiram também «que sejam convidados sindicalistas representando as várias correntes sindicais para participar nas futuras RGT.»

Esta reunião geral, que contou com a presença de cerca de trezentos trabalhadores do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, efectuou-se na sequência da reunião de delega-

dos sindicais do sector, e teve como ordem de trabalhos: «Congresso dos sindicatos, contratação colectiva e convívio dos trabalhadores têxteis».

No ponto relativo a contratação colectiva, a direcção do sindicato deu informações acerca da posição do patronato em face das negociações de um novo contrato colectivo unificado do sector, que irá beneficiar os 280 000 trabalhadores têxteis, dos lanifícios, vestuário, cordoaria e tapeteiros.

«Neste momento — informaram — os patrões não se querem sentar todos juntos à mesa das negociações». Entretanto, a Associação dos Têxteis, apresentou uma contraproposta onde se prevêem os mesmos vencimentos do contrato anterior e o corte de algumas regalias.

No decorrer da reunião, foram aprovadas, por unanimidade, duas mocções: uma de «solidariedade contra a ditadura fascista de Pinochet», e outra, a enviar ao Conselho da Revolução e ao Presidente da República, na qual é exigido o «desmantelamento da rede terrorista até às últimas consequências, doa a quem doer».

"Programa de recuperação capitalista à custa dos trabalhadores"

— Intersindical critica discurso do Primeiro-Ministro

Os sindicatos «não cederão um passo na luta contra a exploração, opondo-se decisivamente a todas as medidas que o Governo projecta para retirar as suas conquistas económicas e sociais» — declara o secretariado da Intersindical, ao dar a conhecer a sua posição, de severa crítica, quanto ao teor das declarações proferidas pela Primeiro-Ministro, no dia 9.

Esse discurso «não corresponde, nem de perto nem de longe, às posições que os trabalhadores têm o direito de exigir de um Governo que tem por imperativo realizar a sua política com respeito pela Constituição, por forma a responder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo» — salienta a direcção da central sindical.

A crítica foca, muito particularmente, certos aspectos da intervenção do chefe do Governo, nomeadamente:

— «a linguagem agressiva utilizada contra os trabalhadores e as suas organizações de classe», que «contrasta com a reverência demonstrada perante o grande capital interno e internacional»;

— «os trabalhadores são responsabilizados pela existência e pelas proporções da crise económica», mas «nem uma palavra é utilizada contra a sabotagem económica do grande capital ou contra o boicote imperialista à jovem democracia portuguesa»;

— «nem uma palavra é utilizada para enaltecer as grandes conquistas históricas da revolução portuguesa: as liberdades democráticas; os direitos dos trabalhadores; as nacionalizações; o controlo e gestão operários; a Reforma Agrária. Elas são apresentadas como um mal. As grandes conquistas do Povo Português — e não ao regime de exploração assente na dominação dos monopólios e latifundiários — atribui o Primeiro-Ministro as razões fundamentais da crise económica».

Trata-se — prossegue o secretariado da Inter — de «um programa acabado de recuperação capitalista à custa dos trabalhadores»: «com tal diagnóstico da crise, os remédios não poderiam ser diferentes dos indicados. Trata-se claramente de fazer pagar aos trabalhadores e às massas populares a crise económica que não provocaram». A título de exemplo, o comunicado da Inter cita o projecto de pagamento do 13.º mês em títulos do tesouro.

«Na verdade, o Governo mantém os seus propósitos de indemnizar, à custa do nosso povo, os grandes monopólios e latifundiários expropriados» — conclui o secretariado.

REPRESSÃO E UNIDADE

«Para conseguir a sua política o Governo necessitaria de recorrer à repressão sobre os trabalhadores» — prossegue o comunicado da Inter. Por isso, «assistimos com preocupação a ameaças claras de utilização das forças policiais contra as lutas dos trabalhadores, e de restringir fortemente as liberdades democráticas e sindicais».

O discurso ocorre, aliás,

«num momento em que se assiste a uma das mais fortes ofensivas contra a unidade dos trabalhadores e do movimento sindical português. Só a divisão dos trabalhadores perante os seus inimigos de classe, só a fragmentação do poderoso Movimento Sindical Unitário tornaria possível que um tal programa fosse posto em prática.»

! Mas — garante a Inter — a «unidade será mantida e reforçada, apesar da ingerência do Estado nos sindicatos, que o Primeiro-Ministro ameaça ao anunciar modificações de fundo na Lei Sindical sem consul-

tar os trabalhadores e com desrespeito pela vontade manifestada por estes».

Manifestando-se preocupada pela política que se pretende levar a cabo, a Intersindical manifesta a disposição de discutir com o Governo as grandes medidas de política económica e social que dêem realização à Constituição e às mais caras aspirações dos trabalhadores e do nosso povo. E continuará — afirma — «na vanguarda dos trabalhadores no combate cada dia mais difícil por um regime democrático a caminho do socialismo».

«O Governo pretende justificar uma política que, a ser concretizada, agravaria fortemente a exploração, em que se destacam medidas como a liberalização dos despedimentos sem justa causa; a introdução de maiores limites à contração colectiva; o congelamento do salário mínimo até Janeiro de 1977; a proibição de actualização de salários segundo o aumento do custo de vida; as projectadas altas de preço; o pagamento do décimo terceiro mês em títulos; o aumento de descontos para a Previdência;

o agravamento dos horários de trabalho, etc.»

(...)

«Não é com discursos deste teor que o Governo conseguirá obter a confiança dos trabalhadores e a sua mobilização entusiástica e indispensável nas grandes tarefas de reconstrução nacional.

A política anunciada reforçará certamente as forças reaccionárias, os patrões da CIP e da CAP, que pretendem aniquilar completamente o regime democrático consagrado na Constituição.»

REIVINDICAÇÕES

A Inter assegura, aliás, que «os sindicatos continuarão a estar na vanguarda da luta contra as reivindicações demagógicas e irrealistas, contra as reivindicações que agravam as distorções salariais herdadas do regime dos monopólios e provocam a divisão dos trabalhadores». Responde, assim, ao Chefe do Governo, que teria esquecido «o enorme saldo positivo do 25 de Abril na melhoria generalizada das condições de vida dos trabalhadores portugueses», utilizando «a linguagem da C. I. P. e da C. A. P. ao acusar os trabalhadores de fúria reivindicativa, atribuindo-lhes a culpa da baixa de produtividade e do aumento do absentismo».

«Deste modo» — acrescenta-se — «pretende o Governo justificar uma política que, a ser concretizada, agravaria fortemente a exploração, em que se destacam medidas como a liberalização dos despedimentos sem justa causa; a introdução de maiores limites à contratação colectiva; o congelamento do salário mínimo até Janeiro de 1977; a proibição de actualização de salários segundo o aumento do custo de vida; as projectadas altas de preços; o pagamento do 13.º mês em títulos; o aumento de descontos para a Previdência; o agravamento dos horários de trabalho; etc.»

Intersindical critica discurso de Mário Soares

Seiçido
13/9/76

O discurso do dr. Mário Soares, é tema para um comunicado da Intersindical que, no início, afirma que tal comunicação do Primeiro-Ministro ao País, não corresponde, nem de perto nem de longe, às posições que os trabalhadores têm o direito de exigir de um Governo que tem por imperativo realizar a sua política com respeito pela Constituição, por forma a responder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo.

Mais adiante diz o comunicado:

«O Primeiro-Ministro utiliza a linguagem da CIP e da CAP ao acusar os trabalhadores de «fúria reivindicativa», atribuindo-lhes a culpa da baixa de pro-

ductividade e do aumento do absentismo.

«Ao afirmar que a luta reivindicativa dos trabalhadores só conduziu ao agravamento das desigualdades salariais, o sr. Mário Soares procura fazer esquecer o enorme saldo positivo do 25 de Abril na melhoria generalizada das condições de vida dos trabalhadores portugueses.»

E continua:

«Os sindicatos continuarão a estar na vanguarda da luta contra as reivindicações demagógicas e irrealistas, contra as reivindicações que agravam as distorções salariais herdadas do regime dos monopólios e provocam a divisão dos trabalhadores.»

«Mas não cederão um passo na luta contra a exploração, opondo-se decisivamente a todas as medidas que o Governo projecta para retirar aos trabalhadores as suas conquistas económicas e sociais.»

Diz ainda a Inter:

«Os trabalhadores assistiram, envergonhados, ao espectáculo de um Primeiro-Ministro de um Governo Constitucional português, a apresentar desculpas, pelas grandes conquistas alcançadas desde o 25 de Abril, aos piores opressores e exploradores de sempre do nosso povo: ao capital e à reacção.

«Com tal «diagnóstico» da crise, os «remédios» não poderiam ser diferentes dos indicados pelo Primeiro-Ministro. Trata-se, claramente, de fazer pagar aos trabalhadores e às massas populares a crise económica que não provocaram.

«O projecto relativo ao pagamento do 13.º mês, em títulos do Tesouro, é o exemplo acabado de uma política que pretende basear-se no sacrifício dos trabalhadores para resolver problemas que só os capitalistas criaram. Na verdade, o Governo mantém os seus propósitos de indemnizar, à custa do nosso povo, os grandes monopólios e latifundiários expropriados.»

Telecomunicações também contra o discurso

Também o Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão manifesta o seu repúdio pelos ataques ao movimento sindical contidos no discurso do Primeiro-Ministro. Com efeito, os associados daquele sindicato aprovaram uma moção em que repudiam as medidas que visam tirar regalias aos trabalhadores sem ouvir os seus organismos de classe. Manifestam a «sua apreensão pelo perigo que correm as conquistas alcançadas pelos trabalhadores».

Consideram ainda que só a unidade dos trabalhadores impede que qualquer força consiga vencê-los, e apóiam a Comissão Provisória Organizadora do Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade, na certeza de que do mesmo sairá a grande e [invenível] Central Única dos Trabalhadores Portugueses.



COMÍCIO DE SOLIDARIEDADE

2º Lm No
13/9/76

CUT CHILENA E INTERSINDICAL UNIDAS NA MESMA LUTA

“Os trabalhadores, o povo português, veriam como um valioso testemunho de coerência política e honestidade governamental, o corte de relações do novo Estado Português com o “Estado Novo” do Chile. Isto é, a afirmação clara de que não há nas instituições portuguesas, reabilitadas para a democracia, relações equivocadas com o mundo do passado” — afirmou José António, do Secretariado da Intersindical Nacional, no decorrer do comício de solidariedade com o povo chileno, realizado, no sábado à noite, no Pavilhão dos Desportos, numa iniciativa da central única dos trabalhadores portugueses.

Para além dos representantes do Secretariado da Inter, tiveram assento na mesa que orientou o comício, Francisco Verdugo, do Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa, António Machado e Graciete Caldeira, em representação da União dos Sindicatos de Lisboa e, ainda, os dirigentes da CUT — Central Única de Trabalhadores do Chile, Benjamin Fredes e Augustin Muñoz.

Na plateia e bancadas do Pavilhão dos Desportos, que esgotou por completo a lotação, viam-se bandeiras chilenas e cartazes com frases de solidariedade com os trabalhadores chilenos na luta contra o fascismo. Os milhares de pessoas presentes gritaram palavras de ordem como “A Luta Continua”, “O Chile Vencerá”, “Pinochet Assassino” e “Allende está Presente”. Para a mesa foram, entretanto, chamados todos os dirigentes sindicais que se encontravam na sala, tendo a sua presença sido sublinhada com uma ovação.

No princípio e no final do comício, a assistência entoou em coro, com a colaboração de José Jorge Letria, canções revolucionárias portuguesas e chilenas.

O EXEMPLO DO CHILE

“O exemplo do Chile”, salientou o representante da CIL, “o desenvolvimento do processo e suas consequências, serviram muitas vezes de lição aos trabalhadores portugueses, para combater o imperialismo os seus agentes”. Referindo-se, mais adiante, à situação que presentemente se vive em Portugal, afirmou que “o grande

capital, a direita reaccionária e conservadora, procuram recuperar para si toda a economia nacional, detêm grande parte dos órgãos de informação sob seu controlo, recebem o apoio descarado do imperialismo, atacam a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário, usam a corrupção, a droga e o terrorismo”.

Por seu turno, depois de saudar por intermédio dos dirigentes da CUT todos os trabalhadores do Chile, o representante do Secretariado da Intersindical disse que “o próximo Congresso de Todos os Sindicatos pela Unidade será a resposta clara às forças da direita reaccionária, aos provocadores a soldo de multinacionais, aos iludidos, aos indecisos e aos timoratos — e frontalmente, honestamente, sem ambiguidades nem jogos escondidos, àqueles que pensam que é possível, no Portugal de hoje, governar sem o apoio do povo e contra os interesses dos trabalhadores”.

Entretanto, Benjamin Fredes, dirigente da CUT, depois de salientar que “não obstante as difíceis condições de luta, estamos presentes aqui em Portugal para dizer à classe operária portuguesa que o povo chileno luta contra a Junta fascista”, afirmou:

“O processo que culminou com a eleição de Salvador Allende foi a resultante de todo um processo de luta. Esta luta vem desde os alvares do século e revela o que tem sido a unidade dos trabalhadores do Chile. Diversos factores demonstram que a classe operária chilena não foi e jamais será vencida”.

Depois de se referir às grandes lutas travadas pelo proletariado chileno contra o imperialismo e a reacção interna, o dirigente sindical chileno acentuou que “os quase mil dias que durou a Unidade Popular representaram um extraordinário desenvolvimento — nunca se tinha avançado tanto em tão pouco tempo. Até à Unidade Popular, nunca na história do

Chile houvera ministros operários. Durante os quase mil dias da Unidade Popular, o povo enfrentou-se dia a dia com a reacção, com o imperialismo”. E acrescentou:

“Quando o imperialismo e a reacção se unem à burguesia para destruir o movimento revolucionário, utilizam todos os meios. Para os vencer só a unidade do povo trabalhador tem força suficiente”.

Benjamin Fredes afirmou ainda que “só a unidade dos trabalhadores permite avançar a passo de gigante através da História. Por isso, a reacção e o imperialismo tentam destruir essa unidade”. As palavras do orador foram sublinhadas com prolongados aplausos e palavras de ordem de solidariedade com o povo chileno.

No decorrer do comício, foram lidas mensagens de vários sindicatos, tendo-se guardado um minuto de silêncio em memória de Luís Figueira, presidente da CUT que há poucos dias faleceu em Estocolmo, onde se encontrava exilado. O comício conclui-se com a assistência a cantar de pé a canção “Venceremos”, hino da Unidade Popular.

"A classe operária chilena não foi e jamais será vencida"

— Afirmou no Pavilhão dos Desportos um dirigente da C.U.T. chilena

«A classe operária chilena não foi e jamais será vencida», afirmou, no sábado à noite, Benjamim Fredes, dirigente da CUT chilena, durante o comício de solidariedade com o povo chileno promovido pela Intersindical, que se realizou no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, integrado nas comemorações do 3.º aniversário da queda da Unidade Popular e da ascensão ao poder da ditadura de Pinochet.

Depois de salientar as grandes lutas desenvolvidas pelo povo chileno contra o fascismo e contra o imperialismo, o dirigente da Central Unica dos Trabalhadores do Chile afirmou: «Os quase mil dias que durou a Unidade Popular representaram um extraordinário desenvolvimento — nunca se tinha avançado tanto em tão pouco tempo. Até à Unidade Popular nunca na história do Chile houvera ministros operários». E acrescentou: «Quando o imperialismo e a reacção se unem à burguesia para destruir o movimento revolucionário utilizam todos os meios. Para os vencer só a unidade do povo trabalhador tem força suficiente. Só a unidade dos trabalhadores permite avançar a passo de gigante através da história. Por isso, a reacção e o imperialismo tentam destruir essa unidade.»

Depois do discurso de Benjamim Fredes, que, com Augustin Muñoz, também da CUT, António Machado e Graciete Caldeira, da União dos Sindicatos de Lisboa e Francisco Verdugo, do Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa, faziam parte da mesa do comício, foram lidas algumas mensagens de solidariedade com o povo do Chile, tendo-se também guardado um minuto de silêncio em memória de Luís Figueira, secretário-geral da CUT, recentemente falecido em Estocolmo, onde vivia exilado.

Perante um Pavilhão dos Desportos completamente cheio tinham usado da palavra antes do dirigente chileno alguns representantes dos trabalhadores portugueses.

O representante da CIL assinalou que «o exemplo do Chile, o desenvolvimento do pro-

cesso e as suas consequências, serviram muitas vezes de lição aos trabalhadores portugueses para combater o imperialismo e os seus agentes».

O dirigente da Intersindical, depois de saudar os trabalhadores chilenos e os seus representantes, salientou a importância do próximo Congresso dos Sindicatos, que considerou como sendo a resposta clara «àqueles que pensam que, hoje, em Portugal, é possível governar sem o apoio do povo e contra os interesses dos trabalhadores».

A semana de solidariedade com o povo chileno, promovida pela Intersindical, encerrou ontem à noite com um Festival da Canção Revolucionária, no Teatro da Trindade, com a participação do coro da Academia dos Amadores de Música, o coro dos Mineiros de Aljustrel, Ary dos Santos, Carlos Mendes, Joaquim Pessoa, José Barata Moura, José Jorge Letria, Júlia Babo e João Mariani.

MANIFESTAÇÃO DOS GDUP's

Também no sábado, centenas de pessoas concentraram-se nas proximidades da Embaixada do Chile, para protestar contra a actual situação política naquele país, na passagem do 3.º aniversário da queda da Unidade Popular.

Um forte aparato policial impedia o acesso dos manifestantes à rua onde se encontra instalada a representação diplomática chilena, no cumprimento de recentes instruções dimanadas do Conselho de Ministros.

Apesar das ordens para dispersar dadas pela polícia logo a seguir ao início da concentração, os manifestantes permaneceram no local perto de um hora ouvindo discursos condenatórios da repressão a que é sujeito o povo do Chile e gritando palavras de ordem.

No final da concentração foram aprovadas duas moções. A primeira, destinada à Embaixada do Chile, exigia a «libertação imediata e incondicional

de todos os presos políticos e a criação de condições para que os trabalhadores e o povo chileno possam escolher livremente o regime económico, social e político que corresponde aos seus interesses, pondo fim à miséria e à opressão a que têm sido sujeitos».

A segunda, dirigida ao ministro português dos Negócios Estrangeiros, considerando o carácter opressor do actual regime chileno, o dever de solidariedade do povo português para com a resistência chilena e as declarações de Mário Soares, na cimeira socialista de Caracas, propondo o corte de relações diplomáticas com o regime chileno, exigia o imediato corte de relações económicas e diplomáticas com o Governo de Pinochet.

OUTRAS REACÇÕES

Também numerosas organizações tornaram públicas posições condenando o actual regime chileno. Dentre elas citamos a Juventude Socialista, que enviou uma mensagem ao embaixador do Chile, afirmando que o povo chileno não permitirá que a ditadura celebre muitos mais aniversários, e as Associações de Estudantes das Faculdades de Direito, de Medicina e de Letras, de Lisboa, todas formadas por militantes da JS.

Também a AEPPA, o PRT e a LCI tornaram públicas moções e promoveram realizações condenando o regime terrorista de Pinochet.

NO ESTRANGEIRO

Por todo o mundo, milhares de pessoas manifestaram-se contra o regime chileno, ao mesmo tempo que as autoridades fascistas deste país resolviam prorrogar o estado de sítio, o que prova que a resistência, no interior do país, continua activa.

Em Londres, 4000 pessoas manifestaram-se e depois ouviram um discurso da viúva do presidente assassinado do Chile, Hortensia Allende.

Em Madrid, três mil pessoas desfilaram pelas principais ruas da cidade, enfrentando, quando se aproximaram dos

escritórios da companhia de aviação chilena, cargas da polícia, que causaram vários feridos.

Em Estocolmo, 3500 pessoas evocaram o regime de Unidade Popular chileno, derrubado pelo golpe de Pinochet.

Também em Roma e em Berlim Oeste se realizaram manifestações de protesto, pedindo o isolamento económico e político do regime fascista, como forma de precipitar a queda da ditadura.

Nos portos italianos, os marítimos boicotaram os navios chilenos, recusando assistência técnica e serviços de carga e descarga. Este movimento de protesto terminará hoje.